



Aula 00 - Introdução ao Comércio Internacional

Comércio Internacional p/ Auditor-Fiscal
da Receita Federal

Prof. Rodrigo Mineiro

Sumário

Apresentação	3
Direção inicial	5
Introdução ao comércio internacional	8
1. COMÉRCIO INTERNACIONAL E DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO.....	9
1.1. <i>Evolução histórica do comércio internacional</i>	9
1.2. <i>Teorias do comércio internacional</i>	18
2. POLÍTICAS COMERCIAIS	33
2.1. <i>Livre cambismo</i>	33
2.2. <i>Protecionismo</i>	36
2.3. <i>Barreiras tarifárias</i>	40
2.4. <i>Barreiras não tarifárias</i>	41
2.5. <i>Políticas comerciais estratégicas</i>	44
Questões de prova comentadas	45
Lista de questões.....	66
Gabarito	79
Resumo direcionado.....	80

Apresentação



Bom dia, boa tarde e boa noite!

Meu nome é Rodrigo Mineiro e sou seu professor de Comércio Internacional no nosso curso preparatório para o concurso da Receita Federal.

Estaremos juntos nessa grande empreitada rumo à aprovação!

Já estive em sua posição e sei como esse momento é tenso e intenso, mas o resultado compensa todos os esforços! Nessa foto estou na ESAF, a escola que os futuros servidores da Receita Federal farão o curso de formação quando aprovados.

Inicialmente, gostaria de me apresentar:

Sou Auditor-Fiscal da Receita desde 1999 (concurso AFTN de 1998) e Conselheiro do CARF (Conselho Administrativo de Recursos Fiscais) em meu segundo mandato.

Como eu cheguei até aqui?

Como muitos de vocês, eu tinha me formado em Economia e trabalhava em uma empresa que fechou. Como o mercado estava ruim, resolvi ouvir os conselhos de meu pai: "Rodrigo, faça concurso público!". Comecei a estudar duro para o concurso de Agente Fiscal de Tributos Estaduais, em Minas e fui aprovado em 2º lugar!

Trabalhei por 3 anos no fisco mineiro e vivi uma situação que parece com a atual: atraso no pagamento do salário. Como já tinha um filho pequeno e muitas contas para pagar em dia, resolvi estudar para a Receita. Mais um sucesso! Passei no concurso de 1998 e tomei posse em 1999, longe de casa.

Passei 3 anos longe de Minas e depois consegui a esperada remoção para minha terra. Aí se passaram 10 anos atuando na fiscalização aduaneira e resolvi mudar de ares. Participei de um processo seletivo interno para integrar os quadros do CARF, como Conselheiro, e fui selecionado com base em meu currículo e experiência. Fui para a lista tríplice e posteriormente escolhido. Hoje estou em meu segundo mandato.

Um detalhe para aqueles que não conhecem o CARF: é um órgão fora da Receita, mas pertencente ao Ministério da Fazenda, no qual são julgados os processos administrativos fiscais em segunda instância; é um órgão paritário, onde cada turma julgadora é dividida entre os 4 representantes dos contribuintes e 4 representantes da Fazenda, todos Conselheiros. Cada sessão de julgamento é uma aula, dada a amplitude das discussões, complexidade dos casos analisados, e decisões.

Muito legal, não é mesmo?



Aqui está um ponto que considero o cargo de Auditor-Fiscal da Receita como um dos mais interessantes em nosso país: a diversidade de atuação do Auditor-Fiscal, que pode atuar na fiscalização ostensiva, na auditoria-fiscal propriamente dita, no apoio, na administração tributária em geral, no setor de tecnologia da informação, no atendimento ao contribuinte, em estudos e pesquisas, e no julgamento. Não precisamos mudar de cargo e fazer outro concurso para mudarmos de ares e de localidade. Basta nos habilitarmos para a nova atribuição do mesmo cargo, e candidatar-mos para tal função ou localidade. Considero isso fantástico, especialmente porque passamos mais de 30 anos como servidores públicos!

Mas uma coisa é certa: **temos que estudar sempre e cada vez mais!**

Esqueci de dizer também que sou professor de cursos de pós-graduação em matéria aduaneira e tributária, além de instrutor da ESAF em cursos internos na Receita em matéria aduaneira. A foto de meu perfil, acima reproduzida, foi tirada na ESAF em Brasília, seu destino próximo no curso de formação da Receita! Sou mestre em Direito Público pela PUC Minas. Também sou autor de 2 livros em matéria aduaneira, inclusive um publicado recentemente: Introdução ao Direito Aduaneiro.

Neste material você terá:

Curso completo em VÍDEO

teoria e exercícios resolvidos sobre TODOS os pontos do edital

Curso completo escrito (PDF)

teoria e MAIS exercícios resolvidos sobre TODOS os pontos do edital

Testes de direção

Fórum de dúvidas

para você sanar suas dúvidas DIRETAMENTE conosco sempre que precisar

Vamos estudar juntos com muita dedicação para a aprovação nesse importante concurso público.

Espero encontra-los em breve como colega na Receita Federal do Brasil!

Sucesso!

Grande abraço!

Rodrigo Mineiro



E-mail: prof.rodrigomineiro@gmail.com

Instagram: @professor_rodrigomineiro

LinkedIn: [linkedin.com/in/rodrigomineiro](https://www.linkedin.com/in/rodrigomineiro)

Direção inicial

Caro aluno, gravei um vídeo de **Direção Inicial de Comércio Internacional para a Receita Federal 2019** especialmente para você. Como o próprio nome diz, neste vídeo eu procuro dar um direcionamento inicial para você que adquiriu (ou pretende adquirir) este meu curso. Recomendo que você o assista antes de iniciar os seus estudos, pois nele eu passo dicas básicas para você saber o que é MAIS e o que é MENOS importante neste curso, bem como dou algumas sugestões para que você aproveite este curso da MELHOR FORMA possível. O vídeo está disponível no seguinte link:

https://player.vimeo.com/external/313043446.hd.mp4?s=c15b7995e057cde3d73e0dbdo38b3bo01d8041c1&profile_id=174

No concurso da Receita normalmente temos 15 questões de nossa matéria junto com a disciplina "Legislação Aduaneira". Das 15 questões, aproximadamente 7 questões devem ser de Comércio Internacional e as restantes de Legislação Aduaneira. Destaca-se que essa prova tem peso 2 na pontuação final.

O nosso curso tem uma consistente base teórica a partir das previsões regulamentares e dos Tratados Internacionais, mas seu foco principal é na prática de exercícios, com especial ênfase naqueles tópicos que efetivamente caem na prova, com destaque para as questões de provas anteriores. Dessa forma, estudaremos especialmente aquilo que costuma cair, concentrando nossos esforços em tópicos relevantes.

Os tópicos cobrados foram os seguintes:

Concurso público para provimento de cargos de Auditor-Fiscal da Receita Federal do Brasil

Escola de Administração Fazendária - Edital ESAF nº 18, DE 07/03/2014

Disciplina: Comércio Internacional

Conteúdo:

1. Políticas comerciais. Protecionismo e livre cambismo. Políticas comerciais estratégicas. 1.1. Comércio internacional e desenvolvimento econômico. 1.2. Barreiras tarifárias. 1.2.1 Modalidades de Tarifas. 1.3. Formas de protecionismo não tarifário. 2. A Organização Mundial do Comércio (OMC): textos legais, estrutura, funcionamento. 2.1. O Acordo Geral Sobre Tarifas e Comércio (GATT-1994); princípios básicos e objetivos. 2.2. O Acordo Geral sobre o Comércio de Serviços (GATS). Princípios básicos, objetivos e alcance. 3. Sistemas preferenciais. 3.1. O Sistema Geral de Preferências (SGP). 3.2. O Sistema Global de Preferências Comerciais (SGPC) 4. Integração comercial: zona de preferências tarifárias; área de livre comércio; união aduaneira. 4.1 Acordos regionais de comércio e a Organização Mundial de Comércio (OMC): o Artigo 24º do GATT; a Cláusula de Habilitação. 4.2. Integração comercial nas Américas: ALALC, ALADI, MERCOSUL, Comunidade Andina de Nações; o Acordo de Livre Comércio da América do Norte; CARICOM. 5. MERCOSUL. Objetivos e estágio atual de integração. 5.1. Estrutura institucional e sistema decisório. 5.2. Tarifa externa comum: aplicação; principais exceções. 5.3. Regras de origem. 6. Práticas desleais de comércio. 6.1. Defesa comercial. Medidas Antidumping, medidas compensatórias e salvaguardas comerciais. 7. Sistema administrativo e instituições intervenientes no comércio exterior no Brasil. 7.1. A Câmara de Comércio Exterior (CAMEX). 7.2. Receita Federal do Brasil. 7.3 Secretaria de Comércio Exterior (SECEX). 7.4. O Sistema Integrado de Comércio Exterior (SISCOMEX). 7.5. Banco Central do Brasil (BACEN). 7.6. Ministério das Relações Exteriores (MRE). 8. Classificação aduaneira. 8.1. Sistema Harmonizado de Designação e de Codificação de Mercadorias (SH). 8.2. Nomenclatura Comum do MERCOSUL (NCM). 9. Contratos de Comércio Internacional. 9.1. A Convenção das Nações Unidas sobre Contratos de Compra e Venda Internacional de Mercadorias. 10. Exportações. 10.1 Incentivos fiscais às exportações. 11. Importações. 11.1. Contribuição de Intervenção no Domínio Econômico. Combustíveis: fato gerador, incidência e base de cálculo. 12. Termos Internacionais de Comércio (INCOTERMS 2010). 13. Regimes aduaneiros.

Para cobrir este edital integralmente, o nosso curso está organizado da seguinte forma:

Seq.	Conteúdo do edital
00	<i>00- Introdução ao comércio internacional: Políticas comerciais. Protecionismo e livre cambismo. Políticas comerciais estratégicas. Comércio internacional e desenvolvimento econômico. Barreiras tarifárias. Modalidades de Tarifas. Formas de protecionismo não tarifário.</i>
01	<i>01- Organização Mundial do Comércio (OMC): textos legais, estrutura, funcionamento. O Acordo Geral Sobre Tarifas e Comércio (GATT-1994), princípios básicos e objetivos. O Acordo Geral sobre o Comércio de Serviços (GATS), princípios básicos, objetivos e alcance.</i>
02	<i>Teste a sua direção</i>
03	<i>02- Integração comercial: zona de preferências tarifárias, área de livre comércio, união aduaneira. Acordos regionais de comércio e a Organização Mundial de Comércio (OMC): o Artigo 24º do GATT, a Cláusula de Habilitação. Integração comercial nas Américas: ALALC, ALADI, MERCOSUL, Comunidade Andina de Nações, Acordo de Livre Comércio da América do Norte, CARICOM.</i>
04	<i>03- MERCOSUL: Objetivos e estágio atual de integração. Estrutura institucional e sistema decisório. Tarifa externa comum: aplicação, principais exceções. Regras de origem.</i>
05	<i>Teste a sua direção</i>
06	<i>04- Sistemas preferenciais: Sistema Geral de Preferências (SGP), Sistema Global de Preferências Comerciais (SGPC).</i>
07	<i>05- Defesa comercial: Práticas desleais de comércio. Medidas Antidumping, medidas compensatórias e salvaguardas comerciais.</i>
08	<i>Teste a sua direção</i>
09	<i>06- Sistema administrativo e instituições intervenientes no comércio exterior no Brasil: Câmara de Comércio Exterior (CAMEX), Receita Federal do Brasil, Secretaria de Comércio Exterior (SECEX), Sistema Integrado de Comércio Exterior (SISCOMEX), Banco Central do Brasil (BACEN), Ministério das Relações Exteriores (MRE).</i>
10	<i>07- Contratos de Comércio Internacional: A Convenção das Nações Unidas sobre Contratos de Compra e Venda Internacional de Mercadorias. Termos Internacionais de Comércio (INCOTERMS 2010).</i>
11	<i>Teste a sua direção</i>
12	<i>08- Classificação aduaneira. Sistema Harmonizado de Designação e de Codificação de Mercadorias (SH). Nomenclatura Comum do MERCOSUL (NCM).</i>
13	<i>09- Importações. Contribuição de Intervenção no Domínio Econômico. Combustíveis: fato gerador, incidência e base de cálculo. Exportações. Incentivos fiscais às exportações. Regimes aduaneiros.</i>
14	<i>Teste a sua direção</i>

15	10- Simulado.
----	---------------

Convido-o a iniciar imediatamente os estudos de Comércio Internacional, pois a nossa matéria tem um grande peso na nota final da prova, além de ser um grande diferencial para o candidato competitivo.

Vamos juntos!

Mãos à obra!

Introdução ao comércio internacional

Vamos começar nosso curso apresentando a evolução histórica do comércio internacional e sua relação com a matéria aduaneira. Tratam-se de matérias interligadas, e por isso mesmo são cobradas conjuntamente na prova de ARFRB.

Apresentaremos, de forma sintética, as teorias do comércio internacional, o que são políticas comerciais, seus instrumentos, e o conceito de política comercial estratégica.

Destaco que esta parte introdutória é de fundamental importância para o desenvolvimento de nossos estudos, e será complementada com o conteúdo das demais aulas, de forma a fechar o nosso programa com a compreensão básica de comércio internacional e como ele será cobrado na prova.

Direcionaremos nossos estudos para o conteúdo essencial do programa, de forma a abranger todo o edital. Dessa forma, aprofundaremos apenas nos itens que merecem ser aprofundados, dada a especificidade do cargo de AFRFB.

Então vamos lá!

1. Comércio internacional e desenvolvimento econômico

1.1. Evolução histórica do comércio internacional

Começaremos com uma questão básica: para que serve o comércio e por que ele é importante?

Essa questão é objeto de diversos estudos da ciência econômica que aponta para a sua relevância para a riqueza das nações. Inúmeras teorias do comércio procuram explicar seu fundamento, suas vantagens e seus efeitos econômicos, especialmente sob a dimensão internacional.

O homem comercializa com o objetivo de maximizar sua riqueza e aumentar seu bem-estar, de forma a satisfazer suas necessidades básicas e/ou seus desejos por outros produtos. A questão está ligada ao dilema: comercializar ou estocar? Qual a melhor alternativa, considerando um excedente de produção/extração? Por que comercializamos o excedente se podemos acumular o bem para um momento de escassez?

O comércio se desenvolve a medida que o detentor de algum bem ou serviço, ao invés de acumulá-lo, resolve trocá-lo por outro bem ou serviço, ou seu valor correspondente em moeda ou outro ativo, por entender que tal troca seria mais vantajosa. Em sua fase primitiva, estava associado a um excedente de produção.

No comércio internacional é a mesma coisa, mas leva em conta o fator território.

Comércio internacional refere-se ao intercâmbio de bens e serviços entre diferentes países. Em geral, tem como objetivo a maximização da riqueza, tanto do comerciante quanto do país, e/ou o aumento do bem-estar da população. O conceito envolve tudo que está relacionado com a operação comercial, inclusive o transporte, seguro e financiamento, caso existente.

Atenção!! *Este tema já caiu em prova!*

A ESAF, nos concursos da RFB de 2000 e 2002, cobrou o tema "conceito de comércio internacional":

- Ao conjunto dinâmico do intercâmbio físico de bens e de serviços, bem como dos fluxos financeiros correspondentes, entre os diversos países, regiões e grupos econômicos do mundo, resultante da divisão internacional do trabalho, da dotação diferenciada dos fatores de produção e da diversidade das habilidades adquiridas por cada participante, poder-se-ia denominar Comércio Internacional.

- A expressão "Comércio Internacional" designa a troca de mercadorias e serviços de todos os tipos entre diferentes países em tudo o que for ligado à sua execução, incluindo transporte e pagamento.

COMENTÁRIO:

Tratam-se de conceitos semelhantes, que consideram a relação de troca de bens e serviços entre diferentes territórios soberanos.

Importante diferenciar a expressão “comércio internacional” da expressão “comércio exterior”. Tratam-se de expressões semelhantes, referindo-se ao intercâmbio de bens e serviços entre diferentes países, mas a partir de pontos de vista distintos: referimos a “comércio internacional” a partir de uma perspectiva global; e a “comércio exterior” a partir de uma perspectiva de um país específico. Portanto é equivocada afirmarmos que estamos estudando comércio internacional brasileiro, mas sim comércio internacional, numa perspectiva global; de outro lado, é correto afirmarmos que estudaremos as políticas brasileiras de comércio exterior, não as políticas de comércio internacional brasileiro.

Entenderam a sutil diferença?

O estudo do comércio internacional é de fundamental importância para o pleno desempenho das atividades aduaneiras na RFB. Tratam-se de matérias intimamente ligadas, e, por isso, são cobradas na mesma prova no concurso da Receita.

A atividade aduaneira possui uma estreita vinculação com a comercialização de mercadorias entre diferentes territórios, observada até mesmo em antigas civilizações. Segundo Montesquieu,

"[o]nde há comércio há alfândegas. O objetivo do comércio é a exportação e a importação das mercadorias em favor do Estado, e o objetivo das alfândegas é um certo direito sobre essa mesma exportação e importação, também em favor do Estado"¹

A vigilância das fronteiras do território (cidade-estado, reino, império, feudo, tribo), com o controle do tráfego externo de mercadorias, refletia o poder do ente controlador do território e era exercido por alguma espécie de autoridade aduaneira. A aplicação de restrições à importação e à exportação de mercadorias é tão antiga quanto o comércio entre os territórios, como forma de proteção à economia interna (ainda que de forma primitiva) e à segurança, além de propiciar o reconhecimento da autoridade do ente controlador do território e a soberania territorial, influenciada pela corrente econômica dominante em cada época.

O doutrinador argentino Ricardo Xavier Basaldúa, em seu clássico estudo sobre o Direito Aduaneiro, apresentou uma investigação histórica sobre a presença da Aduana em diversas civilizações (Egito, Grécia, Roma, Idade Média, Veneza, Gênova, Bizâncio, França, Espanha e América pré-colonial)². O autor reporta a presença de alguma atividade aduaneira nessas civilizações, através do controle exercido na entrada e saída de mercadorias de seu território, de forma a impedir esse fluxo, ou aplicar-lhes alguma espécie de gravame na operação comercial³. Buscava-se, assim, desde o início, a proteção da economia local. De acordo com a abundância ou a escassez de uma determinada mercadoria em outras regiões, estabeleciam-se cotas maiores ou menores de importação e exportação, definindo, ainda como fator de restrição, os gravames.

Com o surgimento da Revolução Comercial e a conseqüente desintegração do feudalismo, com a consolidação do absolutismo e a formação dos Estados Nacionais, a atividade aduaneira passou a exercer um

¹ MONTESQUIEU. São Paulo: Editora Nova Cultural, 1997, p.18.

² BASALDÚA, Ricardo Xavier. Introducción al Derecho Aduanero. Buenos Aires: Abeledo-Perrot, 1988, p.25-123.

³ Cf. BASALDÚA, 1988, p.125.

outro papel fundamental dentro da doutrina econômica então vigente (mercantilismo): a arrecadação de tributos ou direitos aduaneiros sobre a entrada ou saída de mercadorias do território, constituindo uma importante fonte de recurso ao tesouro do Estado Nacional, além de instrumento para a prática de medidas protecionistas. A prática mercantilista proporcionava um resultado positivo na balança comercial do Estado, com o acesso às reservas de metais preciosos e o desenvolvimento de suas manufaturas.

Precisamos relembrar alguns pontos que aprendemos na escola ou na universidade:

Entende-se como **Revolução Comercial** o conjunto de transformações ocorridas nas relações de troca entre a Europa e o resto do mundo no período que vai do século XV ao XVII, em decorrência da formação dos mercados nacionais e do desenvolvimento do comércio no continente europeu, a partir do século XI. Nesse período, foram formadas as grandes companhias de comércio (Índias Ocidentais e Índias Orientais), que, aliadas às Coroas europeias, empreenderam a luta pelo domínio das fontes de metais preciosos e especiarias, culminando com o desenvolvimento do mercantilismo⁴.

A **doutrina mercantilista** caracterizou o período histórico da Revolução Comercial e foi marcado pela desintegração do feudalismo e pela formação dos Estados Nacionais. Essa doutrina econômica defendeu o acúmulo de divisas em metais preciosos pelo Estado por meio de um comércio exterior de caráter protecionista e superavitário⁵.

Naquela época, o comércio internacional era fundamentado pela busca por excedentes na balança comercial, de forma a permitir aos Estados a acumulação de metais preciosos, que era considerado como o principal fator de riqueza das nações. Caso o Estado não possuísse riquezas minerais ou colônias para a extração dos metais preciosos (ouro e prata), ele deveria buscar o superávit nas transações comerciais internacionais, de forma que o excedente seria pago em metais preciosos.

Importante relembrar: a riqueza de um país era considerada a partir da quantidade de metais preciosos que cada um possuía

Dessa forma, o mercantilismo exigia:

- Acumulação de riquezas na forma de metais preciosos
- Busca de resultados positivos na balança comercial
- Incentivo à agricultura, no intuito de reduzir as importações e gerar tributos internos
- Adoção de medidas protecionistas
- Exploração das colônias

⁴ SANDRONI, Paulo. Dicionário de economia e administração. São Paulo: Editora Nova Cultural, 1996, p.362.

⁵ Idem, p.271.

Vocês se lembram do conceito de **Balança de Pagamentos**?

Trata-se de um registro contábil das transações de um país com o exterior, com registros das transações comerciais (balança comercial) e de serviços (balança de serviços).

Para os mercantilistas, o que importava era a quantidade de metais preciosos que o país acumulava. Aqueles países que não eram produtores de metais preciosos deveriam aumentar suas reservas de ouro através de superávits no comércio internacional. A diferença entre o que vendia e o que comprava era recebido em metais preciosos, permitindo a acumulação do país superavitário no comércio internacional. Destacamos que os mercantilistas entendiam que o comércio internacional tinha ganhos de soma nula, ou seja, um país ganharia à custa do outro país.

Durante o mercantilismo, o comércio internacional passou por um processo de regulamentação, inclusive as normas aduaneiras, de forma a disciplinar as operações internacionais e resguardar os interesses dos agentes de comércio e dos Estados Nacionais.

Data de 1687, durante o reinado de Luiz XIV, na França absolutista, aquele que é considerado como o primeiro código aduaneiro, com disposições administrativas, penais, tributárias e processuais. Trata-se da fase inicial da utilização de barreiras tarifárias (direitos aduaneiros) com o objetivo de restringir a importação de bens de forma a promover a produção nacional.

Já no século XVIII, o desenvolvimento do comércio internacional foi um dos pilares da doutrina econômica clássica, a partir da principal obra de Adam Smith, intitulada "A Riqueza das Nações"⁶, na qual defendia a concentração por parte de cada país na produção de artigos cujos custos fossem mais baixos do que em outros países. Com o livre comércio, importava não a riqueza das nações de forma separadas, mas a riqueza de todas as nações em conjunto. O comércio irrestrito entre as nações proporcionaria o crescimento de todos os países, sendo que cada país deveria se concentrar na produção dos bens que lhe oferecem vantagem absoluta.

O Adam Smith é pai do liberalismo e autor da célebre expressão "mão invisível do mercado", que tudo regula.

David Ricardo, outro autor clássico da Ciência Econômica, em sua obra "Princípios de Economia Política e Tributação"⁷, publicada originalmente em 1817, apresentou sua teoria das vantagens comparativas, fundamentando de forma mais consistente o desenvolvimento do comércio internacional. Essa teoria centra sua eficácia nos fatores produtivos e nos custos relativos, de forma que um país deve especializar-se exclusivamente na produção de mercadorias nos quais teriam abundância de recursos e custos relativos favoráveis, importando as demais mercadorias cujo custo de produção seria desfavorável. Dessa forma, se

⁶ SMITH, Adam. A riqueza das nações. livro quinto. São Paulo: Editora Nova Cultura, 1996, p.430.

⁷ RICARDO, David. Princípios de economia política e tributação. São Paulo: Editora Nova Cultural, 1996, p.93-107.

produziria naturalmente uma divisão internacional da produção, através do comércio internacional, permitindo trocas eficientes e rentáveis a todas as nações participantes. O modelo clássico do comércio internacional segundo a teoria ricardiana é resumido em uma nota de rodapé de sua principal obra:

“Assim, um país dotado de grandes vantagens em maquinaria e em capacidade técnica, e que consiga, portanto, produzir certas mercadorias com muito menos trabalho que seus vizinhos, poderá importar em troca dessas mercadorias parte dos cereais necessários a seu consumo, mesmo que sua terra seja mais fértil e nela os cereais pudessem ser cultivados com menos trabalho do que no país do qual são importados⁸.”

Mas a grande crítica que é feita nas teorias clássicas é que os autores se utilizaram de apenas um fator de produção: o trabalho. E os demais, não afetariam também o comércio internacional?

A resposta é afirmativa, e foi objeto de estudo por outros economistas.

Antes, temos que explicar o que são **fatores de produção**: são aqueles elementos indispensáveis ao processo produtivo. Historicamente, são considerados como fatores de produção **a terra, o trabalho e o capital**.

Além do modelo ricardiano, o comércio internacional encontra sua fundamentação na teoria de Heckscher-Ohlin, chamada de teoria das proporções de fatores, desenvolvida por dois economistas suecos (Eli Heckscher e Bertil Ohlin, este último recebeu o Prêmio Nobel de Economia em 1977). Essa teoria fundamenta-se na inter-relação entre as proporções em que fatores de produção diferentes estão disponíveis em diferentes países e as proporções em que eles são utilizados na produção de diferentes bens. Com base nessa teoria, um país tende a exportar bens intensivos nos fatores cuja oferta é abundante⁹.

Para o economista Paul Krugman¹⁰, os países participam do comércio internacional por dois motivos básicos: em primeiro lugar, **porque diferem um dos outros**, permitindo a **especialização** na produção daquilo que fazem melhor em relação aos demais; em segundo lugar, **para obter economias de escala**, de forma a produzirem numa escala maior e mais eficiente do que se tentasse produzir todos os bens de que necessitam.

Destacaremos as principais características de cada teoria do comércio internacional no próximo tópico!

Significativa mudança no comércio internacional e no papel da Aduana ocorreu no século XX, no pós-guerra. Com a economia europeia bastante debilitada, o comércio internacional se tornou sujeito a uma crescente variedade de restrições, com a implantação de medidas protecionistas que visavam a proteção de

⁸ Idem, p.98, nota 50.

⁹ KRUGMAN, Paul; OBSTFELD, Maurice. Economia internacional: teoria e política. 8. ed. São Paulo: Pearson Prentice Hall, 2010, p.42-63.

¹⁰ Idem, p.21.

seu mercado interno no reduzido mercado mundial, prolongando o quadro recessivo das economias e diminuindo ainda mais o mercado mundial.

Diante desse quadro, as potências aliadas reunidas em Bretton Woods em 1944, concluíram pela necessidade de reconstrução da economia mundial, fundando uma nova ordem econômica baseada em três instituições: o Fundo Monetário Internacional (FMI), o Banco Internacional de Reconstrução e Desenvolvimento (BIRD) e a tentativa de criação da Organização Internacional de Comércio (OIC), cujos reflexos no comércio internacional refletem-se até os dias atuais.

Entre as medidas propostas, encontrava-se aquela de construção de uma nova ordem jurídica que garantisse a tutela jurisdicional em tribunais internacionais e nacionais. Em 1947, foi instituído o Acordo Geral sobre Tarifas e Comércio (*General Agreement of Tariffs and Trade - GATT*), com o objetivo de reconstrução do comércio internacional e sua regulamentação.

Preâmbulo do GATT 47:

"[...] Reconhecendo que suas relações no domínio comercial e econômico devem ser orientadas no sentido de elevar os padrões de vida, de assegurar o emprego pleno e um alto e sempre crescente nível de rendimento real e de procura efetiva, para a mais ampla exploração dos recursos mundiais e a expansão da produção e das trocas de mercadorias; Almejando contribuir para a consecução desses objetivos, mediante a conclusão de acordos recíprocos e mutuamente vantajosos, visando à redução substancial das tarifas aduaneiras e de outras barreiras às permutas comerciais e à eliminação do tratamento discriminatório, em matéria de comércio internacional; Por intermédio de seus representantes, convieram no seguinte [...].

Atenção!! Este tema já caiu em prova!

ESAF – CGU – Controladoria Geral da União – 2002

Foram criados pelo Acordo de Bretton Woods o Fundo Monetário Internacional-FMI e o Banco Mundial-BIRD.

RESOLUÇÃO:

Sim, o Acordo de Bretton Woods resultou na criação do Fundo Monetário Internacional (FMI) e do Banco Internacional de Reconstrução e Desenvolvimento (BIRD).

Gabarito: alternativa certa

Apesar de ter sido instituído em caráter provisório, o GATT colaborou com a liberalização do comércio internacional no pós-guerra. Entretanto, apenas em 01/01/1995, após a Rodada Uruguai de negociações, foi instituída a Organização Mundial do Comércio (OMC), como uma organização supranacional, responsável pela regulação do comércio de mercadorias, serviços e propriedades intelectuais, além da estruturação de um sistema de solução de controvérsias.

Estudaremos o GATT e a OMC na próxima aula, ok?

Desde a criação da OMC, a exportação mundial saiu de quase zero para quase 18 trilhões de dólares em 2011, refletindo uma efetiva mudança no comércio internacional¹¹. Novos mercados consumidores foram abertos; empresas transnacionais ocuparam grande parte do planeta, com produção em diversos continentes; países em desenvolvimento passaram a participar de forma mais efetiva do comércio, refletindo uma pequena parcela de desenvolvimento econômico.

O fenômeno da globalização, especialmente em sua conotação contemporânea utilizada especialmente nas últimas décadas do século XX, permitiu um grande desenvolvimento econômico baseado do crescimento do comércio internacional, fomentando a interdependência entre os países, o fortalecimento de um mercado global, intensificando as relações econômicas internacionais. A globalização não se restringe ao comércio internacional, mas se manifesta, também, no campo das finanças (Globalização Financeira), além de reflexos políticos, econômicos e culturais.

Os Estados estão cada vez mais ligados economicamente, por meio de elevado fluxo comercial de bens e serviços e movimentos internacionais de capitais. As empresas transnacionais ganham cada vez maior destaque, com a intensificação do fenômeno da internacionalização da produção.

Dentre os fatores que explicam o efeito positivo do comércio sobre o crescimento, podemos destacar:

- Desenvolvimento da indústria nacional, com acesso a máquinas, equipamentos e tecnologia avançada, permitindo a produção de bens com maior valor agregado;
- Crescimento das exportações, com aumento na participação no PIB, através da produção em escala, maximização de resultados e ganho de novos mercados;
- Importações como fator de aumento da competitividade, de forma a permitir o acesso a matérias-primas e equipamentos de melhor qualidade com preços inferiores ao cobrado no mercado interno.

Atenção!! *Este tema já caiu em prova!*

ESAF – AFRF – 2002

A literatura econômica afirma, com base em argumentos teóricos e empíricos, que o comércio internacional confere importantes estímulos ao crescimento econômico. Entre os fatores que explicam o efeito positivo do comércio sobre o crescimento destacam-se:

¹¹ Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior (MDIC), a partir de dados da Organização Mundial de Comércio (OMC). Disponível em: <http://www.desenvolvimento.gov.br/arquivos/dwnl_133795_2119.xls>. Acesso em: 27 ago. 2012.

c) a crescente importância das exportações para o Produto Interno dos países; a importância das importações para o aumento da competitividade; e o melhor aproveitamento de economias de escala.

RESOLUÇÃO:

A teoria econômica vem desenvolvendo estudos no sentido de integrar as teorias de comércio às teorias de crescimento. Os fatores acima descritos podem ser apontados como um dos fatores que explicam o crescimento.

Gabarito: alternativa certa

Também temos, no âmbito internacional, alguns órgãos que tratam da relação entre o comércio internacional e o desenvolvimento.

Instituída pela Assembleia-Geral das Nações Unidas em 1964, a **Conferência das Nações Unidas sobre Comércio e Desenvolvimento (UNCTAD)** é o órgão das Nações Unidas com mandato específico para tratar da relação entre comércio internacional e desenvolvimento, além de temas conexos.

Seu objetivo declarado é "*aumentar as oportunidades de comércio, investimento e progresso dos países em desenvolvimento, ajudando-os a enfrentar os desafios derivados da globalização e a integrar-se na economia mundial em condições equitativas*"¹².

A UNCTAD atua através do apoio técnico mediante investigação e análise de políticas econômicas e de desenvolvimento, cooperação técnica de forma a auxiliar a participação do país em negociações comerciais internacionais e inserção no comércio internacional, e a interação com a sociedade civil e o mundo da economia. Também procura promover a integração do comércio, o meio ambiente e o desenvolvimento, e análise de questões relacionadas com o direito e as políticas da concorrência.

Importante destaque merece a **Comissão Econômica para a América Latina (CEPAL)**, que foi criada em 1948 pelo Conselho Econômico e Social das Nações Unidas com o objetivo de incentivar o desenvolvimento econômico da América Latina. Posteriormente, passou a cuidar também do desenvolvimento de países do Caribe, e incluiu em seu objetivo a promoção do desenvolvimento social.

Atenção!! Este tema já caiu em prova!

¹² Cf. <http://www.mdic.gov.br/legislacao/9-assuntos/categ-comercio-exterior/367-certificado-form-37>. Acesso em 12/11/2018.

ESAF – AFRF – 2003

A Conferência das Nações Unidas sobre Comércio e Desenvolvimento (UNCTAD) é a instância dedicada ao tratamento de questões afetas à participação e perspectivas dos países em desenvolvimento no comércio internacional. Sua agenda, no tocante ao comércio internacional, envolve temas como a identificação de instrumentos de política comercial em apoio aos esforços de desenvolvimento no contexto de globalização econômica, apoio técnico para permitir participação efetiva em negociações comerciais internacionais e para a superação de entraves à plena inserção no comércio internacional.

RESOLUÇÃO:

Os temas acima relacionados fazem parte da agenda da UNCTAD, dentro de seu objetivo de promover o comércio internacional e a inserção dos países em desenvolvimento.

Gabarito: alternativa certa

Já na segunda década do século XXI, novos modelos de operações transnacionais estão sendo desenvolvidos, representando um desafio para os Estados modernos, tanto no fomento de suas economias, quanto na regulação das atividades operacionais, como, por exemplo, as cadeias globais de valores. Nesse modelo de negócio internacional, as empresas transnacionais fragmentam suas etapas de produção, distribuídas pelo mundo conforme vantagens de custos, insumos e logística.

Restrições impostas pela administração aduaneira de um país tendem a reduzir a capacidade deste país de participar dessa rede de investimento, visto que as empresas transnacionais, que participam dessa cadeia, tendem a se instalar em países com menor restrição aduaneira. A competitividade da operação e, conseqüentemente, a busca por maior lucratividade está na possibilidade de se importar insumos com a menor incidência tarifária, para fabricação e posterior fornecimento de partes, peças ou bens finais às grandes empresas de cadeias globais. A atividade aduaneira será determinante para a implantação e o sucesso desse modelo de comércio internacional em cada país.

A nova economia demanda novos modelos de crescimento baseados em tecnologia da informação, em nanotecnologia, na automação e demais conceitos que fazem parte da chamada “Quarta Revolução Industrial”, cujo pilar coincide com a abertura comercial internacional. Ocorre que novas barreiras são impostas ao comércio e ao desenvolvimento econômico, a partir de medidas protecionistas e de fechamento ao mercado externo, inclusive aquelas derivadas da crise fiscal dos Estados. Novas barreiras são impostas dentro dos sistemas jurídicos nacionais, com reflexos na economia global, como por exemplo barreiras sanitárias, fitossanitárias, técnicas, de meio-ambiente, dentre outras, que podem onerar excessivamente os produtos estrangeiros, podendo até inviabilizar as operações comerciais.

A principal questão a ser respondida por cada país, e também pelos órgãos internacionais, não é mais apenas se o comércio é benéfico para cada país, mas de quanto comércio é saudável para cada parte, ou seja, qual o nível de liberalização comercial ou de protecionismo será aplicado. Essa é a principal tarefa que os formuladores das políticas comerciais de cada país enfrentam regularmente, de forma a maximizar o resultado dos agentes e permitir o desenvolvimento econômico e social necessário. Logicamente, tais políticas resultam de conflitos de interesse dentro das nações, conforme leciona Krugman, tendo em vista diferentes interesses em jogo, tanto econômicos (setoriais e empresariais) quanto sociais, dificultando a perfeita execução

1.2. Teorias do comércio internacional

Agora que já conhecemos um pouco da evolução histórica do comércio internacional, temos que dar especial atenção às teorias do comércio internacional, ou seja, as razões encontradas pelos economistas para justificar a existência e importância do comércio internacional.

Destaco que é uma matéria sempre cobrada em prova!

Vimos, no tópico anterior, um pouco sobre o mercantilismo e sua doutrina que privilegiava o acúmulo de metais preciosos, superávits comerciais e práticas protecionistas. Nessa visão, o comércio internacional tinha ganhos de soma nula: um país ganhava enquanto outro perdia.

No século XVIII, a doutrina mercantilista perdeu força, sendo substituída pela doutrina liberal, denominadas teorias clássicas, inicialmente com David Hume (1758) e, principalmente, com Adam Smith (1776).

Começaremos com as Teorias Clássicas:

Teoria das vantagens absolutas

A teoria das vantagens absolutas foi desenvolvida por Adam Smith, em seu livro "A Riqueza das Nações" (título completo: Uma investigação sobre a natureza e as causas da riqueza das nações), publicado originalmente no ano de 1776.

Segundo Smith, a riqueza de cada país não seria considerada considerando a quantidade de metais preciosos acumulados, como defendiam os mercantilistas, mas à sua força de trabalho. Esse era o fator de produção que gerava riqueza ao país. Além disso, deveria ser considerada a riqueza das nações tomadas em conjunto, e não a riqueza de cada país de forma separada. Segundo a teoria clássica, o livre comércio proporcionaria o crescimento de todos os países, sendo que cada país deveria se concentrar na produção dos bens que lhe oferecem vantagem absoluta, ou seja, em artigos cujos custos de produção fossem mais baixos do que em outros países.

Vamos lembrar que Adam Smith, o pai do liberalismo, pregava a abstenção do Estado e a regulação da economia pelo mercado: a "mão invisível" do mercado resolveria quase tudo!

O principal pilar da Teoria das Vantagens Absolutas era a **divisão internacional da produção**: cada país deveria se especializar na produção de itens em que possuísse maior eficiência (utilização de uma menor quantidade de insumos na produção do bem), importando os demais bens a serem consumidos internamente, e exportando o excedente de sua produção. Segundo essa teoria, a divisão internacional da produção permitiria a produção de bens com menores custos por países que possuíssem vantagens absolutas em sua produção, proporcionando um aumento do bem-estar a todos.

Um ponto interessante: para Smith, nem sempre é necessário a obtenção de superávits (exportação menos importação) para justificar o comércio internacional, visto que o comércio pode beneficiar todos os

envolvidos na operação, pela redução do custo de produção. A seguinte passagem da obra de Adam Smith ilustra bem a importância da divisão internacional da produção, que proporciona vantagens no comércio:

"Todo pai de família prudente tem como princípio jamais tentar fazer em casa aquilo que custa mais fabricar do que comprar. O alfaiate não tenta fazer seus próprios sapatos, mas os compra do sapateiro. O sapateiro não tenta confeccionar seu traje, mas recorre ao alfaiate. O agricultor não tenta fazer nem um nem outro, mas se vale desses artesãos. Todos consideram que é mais interessante usar suas capacidades naquilo em que têm vantagem sobre seus vizinhos, comprando com uma parcela de sua produção ou com o preço de uma parcela dela, tudo o mais de que tiverem necessidade."¹³

Atenção!! Este tema já caiu em prova!

ESAF – AFRF – 2000

A Teoria de Vantagens Absolutas afirma em quais condições determinado produto ou serviço poderia ser oferecido com preços de custo inferiores aos do concorrente.

RESOLUÇÃO:

A Teoria das Vantagens Absolutas fundamenta o comércio internacional a partir da divisão internacional da produção e da especialização, determinando que cada país deveria se especializar na produção de bens ou serviços com custos inferiores aos dos concorrentes, considerando apenas o fator trabalho.

Gabarito: alternativa certa

Vamos ao clássico exemplo de vantagens absolutas¹⁴:

Consideremos dois países (Azul e Amarelo): no país Azul, em uma hora de trabalho, um trabalhador consegue produzir 3kg de carne ou 4kg de batatas; já no país Amarelo, em uma hora de trabalho, um trabalhador consegue produzir 2kg de carne ou 6kg de batatas. Note-se que o trabalhador consegue produzir um item ou outro, devendo se concentrar naquele com a maior vantagem absoluta.

¹³ Cf. SMITH, 1996.

¹⁴ Adaptado de MANKIWI, 2013.

PAÍS	CARNE	BATATA
Azul	3kg/h	4kg/h
Amarelo	2kg/h	6kg/h

Constata-se que o país Azul é mais eficiente na produção de carne, enquanto o país Amarelo é mais eficiente na produção de batata (ou seja, em uma hora de trabalho, o país Azul produz mais carne, enquanto o país Amarelo produz mais batata). Dessa forma, segundo a Teoria das Vantagens Absolutas, o país Azul deveria se concentrar na produção de carne, enquanto o país Amarelo deveria se concentrar na produção de Batata, pelo menor custo (considerando apenas o fator de produção "trabalho").

Sem a divisão internacional do trabalho e a especialização, com cada país produzindo os dois itens (divididas as horas de trabalho igualmente entre cada item), ao final de um dia (8h) teríamos:

PAÍS	CARNE	BATATA
Azul	12kg	16kg
Amarelo	8kg	24kg
Total	20 kg	40kg

Com a divisão internacional do trabalho e a especialização, com cada país produzindo apenas o item com vantagem comparativa, ao final de um dia (8h) teríamos:

PAÍS	CARNE	BATATA
Azul	24kg	
Amarelo		48kg
Total	24 kg	48kg

Considerando a sociedade como um todo, com a especialização haveria um ganho de 4kg de carne e de 8 kg de batata por dia.

Total produzido em 8h	CARNE	BATATA
Com especialização	24kg	48kg
Sem especialização	20kg	40kg
<u>Ganho</u>	<u>4 kg</u>	<u>8kg</u>

Em resumo:

Teoria das Vantagens Absolutas

Cada país deve especializar-se na produção de itens em que possua vantagens absolutas em termos de custo, independentemente do outro

Base:

Divisão internacional da produção

Especialização

Entretanto, a Teoria das Vantagens Absolutas considera apenas um fator de produção, o trabalho, desconsiderando outros fatores que interferem no custo de produção, o que limita seu alcance. Também não considera aquelas situações em que determinado país possui vantagem absoluta em todos os bens produzidos e mesmo assim importa determinados itens. Esse último ponto foi desenvolvido na Teoria das Vantagens Comparativas que veremos a seguir.

Teoria das Vantagens Comparativas

A Teoria das Vantagens Comparativas, desenvolvida por David Ricardo, justifica o comércio internacional mesmo quando um país for mais eficiente na produção de todos os bens, ou seja, mesmo que tenha vantagens absolutas em todos os bens considerados.

Destacamos o seguinte trecho de sua obra "Princípios de economia política e de tributação", que foi originalmente publicada em 1817:

"Assim, um país dotado de grandes vantagens em maquinaria e em capacidade técnica, e que consiga, portanto, produzir certas mercadorias com muito menos trabalho que seus vizinhos, poderá importar em troca dessas mercadorias parte dos cereais necessários a seu consumo, mesmo que sua terra seja mais fértil e nela os cereais pudessem ser cultivados com menos trabalho do que no país do qual são importados."¹⁵

Para Ricardo, o comércio internacional se justifica mesmo quando um país não possui vantagens absolutas em relação a outros, visto que não é o princípio da vantagem absoluta que possibilita o comércio, mas as vantagens comparativas.

Mas o que seria **vantagem comparativa**?

São as diferenças de produtividade de diferentes bens, considerando o **custo de oportunidade**.

O custo de oportunidade considera aquela velha escolha que temos que fazer (e os países também) analisando aquilo que devemos abrir mão para obter outro item. No caso de países, abrir mão de se produzir determinado bem para focar a produção em outro bem mais vantajoso.

Segundo Ricardo, os países deveriam se especializar em bens nos quais tivessem vantagem comparativa, e adquirir os demais bens no mercado externo a um preço inferior (considerando o fator trabalho) ao que seria na produção interna. O autor trouxe o exemplo de vinhos e tecidos:

"A Inglaterra exportava tecidos em troca de vinho porque, dessa forma, sua indústria se tornava mais produtiva; teria mais tecidos e vinhos do que se os produzisse para si mesma; Portugal importava tecidos e exportava vinho porque a indústria portuguesa poderia ser mais benéficamente utilizada para ambos os países na produção de vinho."¹⁶

Vamos ao exemplo de vantagens comparativas¹⁷:

Consideremos dois países (Verde e Vermelho): no país Verde, para produzir 1 kg de queijo é necessário 1 hora de trabalho, e para produzir 1 litro de vinho são necessárias 2 horas de trabalho; já no país Vermelho, para produzir 1 kg de queijo são necessárias 6 horas de trabalho, e para produzir 1 litro de vinho são necessárias 3 horas de trabalho.

PAÍS	QUEIJO	VINHO
Verde	1 h por kg	2 h por litro
Vermelho	6 h por kg	3 h por litro

¹⁵ Cf. RICARDO, 1996.

¹⁶ Cf. RICARDO, 1996.

¹⁷ Cf. KRUGMAN e OBSTFELD, 2010.

Constata-se que o país Verde é mais eficiente tanto na produção de queijo, quanto na produção de vinho. Considerando a Teoria das Vantagens Absolutas, não haveria comércio entre os países. Entretanto, ainda assim o comércio internacional pode ocorrer, considerando a Teoria das Vantagens Comparativas.

Ainda que o país Verde seja mais eficiente na produção de queijo e vinho, esse país é mais eficiente na produção de carne do que de batata.

Aqui entra o conceito de custo de oportunidade, conceito este que não foi utilizado expressamente por Ricardo em sua teoria, mas que lhe dá fundamento: é preferível que o país Verde abra mão de produzir vinho para utilizar a mão-de-obra para produzir exclusivamente queijo, visto que sua produtividade é maior nesse bem em relação ao país Vermelho, deixando para esse país a produção de vinho. Logicamente, considerando que um quilo de queijo é trocado por um litro de vinho nos mercados mundiais.

Considerando, no país Verde, o custo de oportunidade do queijo em termos de vinho é $\frac{1}{2}$ (1h / 2h), ou seja, esse país teria que trabalhar dobrado para produzir o vinho; no país Vermelho, o custo de oportunidade do queijo é 2 (6h / 3h), ou seja, nesse país a produção de vinho consumiria metade da mão-de-obra da produção de queijo.

Atenção!! *Este tema já caiu em prova!*

ESAF – AFRF – 2002

De acordo com a teoria clássica do comércio internacional, as trocas comerciais entre dois países podem ser vantajosas mesmo quando um país não usufrua de vantagem absoluta no tocante à produção de um determinado bem, mas sim de vantagem comparativa, a qual decorre, segundo Ricardo, de diferenças, entre ambos países, em relação à produtividade da mão-de-obra.

RESOLUÇÃO:

Exatamente. Ricardo justifica o comércio internacional ainda que um país possua vantagens absolutas em relação a todos os itens, devido a diferenças relativas entre os custos de produção (trabalho), quando comparados com dos demais bens em outros países, com a especialização naquele bem que possui a menor relação entre os custos de produção.

Gabarito: alternativa certa

ESAF – ACE - 2012

Sobre a Teoria das Vantagens Comparativas no Comércio Internacional, é correto afirmar que depois da abertura do mercado torna-se interessante para o país "A" comprar um bem ou serviço do país "B", que o produza a custo menor do que "A", visto que "A" passa a poder empregar sua mão-de-obra na produção de outros bens ou serviços, em que tenha alguma vantagem comparativa.

RESOLUÇÃO:

Exatamente. O conceito de custo de oportunidade aplica-se à teoria das vantagens comparativas, pela escolha que o país deve fazer em alocar a mão-de-obra disponível na produção daquele bem que possui a melhor vantagem comparativa.

Gabarito: alternativa certa

ESAF – AFRF – 2000

A transnacionalização é um fenômeno distinto que, sutilmente, relega a internacionalização comercial quase a um segundo plano. Este fenômeno começou a ser percebido a meados dos anos sessenta, quando o valor da produção das subsidiárias dos grandes conglomerados industriais no estrangeiro começou a superar o valor do comércio internacional. O auge da inversão estrangeira direta, que alentou a instalação destas sucursais, deveu-se a múltiplos fatores: a reconstrução e recuperação de um mundo destruído pela guerra, o descobrimento da possibilidade de dividir o ciclo produtivo de maneira muito mais fina do que no passado e a compreensão de que era possível ter acesso às vantagens comparativas (relativas) peculiares que ofereciam os diversos países e regiões do mundo.

O grande mérito de um economista foi mostrar que o comércio também seria proveitoso para dois países, mesmo que um deles tivesse vantagem absoluta sobre o outro na produção de todas as mercadorias; mas sua vantagem seria maior em alguns produtos do que em outros. O economista em questão foi David Ricardo.

RESOLUÇÃO:

Para Ricardo, o comércio internacional se justifica mesmo quando um país não possua vantagens absolutas em relação a outros, visto que não é o princípio da vantagem absoluta que possibilita o comércio, mas as vantagens comparativas.

Gabarito: alternativa certa

ESAF – AFRF – 2000

O conceito de vantagens comparativas refere-se a conceito de custos onde se relacionam dois produtos (A e B) produzidos por dois países distintos (1 e 2) comparando-os. Possui vantagem comparativa o país onde for menor a relação de custos de produção dos produtos (A e B).

RESOLUÇÃO:

Segundo Ricardo, os países deveriam se especializar em bens nos quais tivessem vantagem comparativa, ou seja, na produção de itens com o menor custo relativo de produção, em comparação com o outro país.

Gabarito: alternativa certa

Em resumo:



A Teoria das Vantagens Comparativas também foi alvo de críticas¹⁸:

Críticas

O modelo considera apenas um fator de produção (trabalho);

O modelo considera um grau extremo de especialização, que não se observa no mundo real;

O modelo não considera os efeitos indiretos do comércio internacional sobre a distribuição de renda dentro dos países;

O modelo não considera as diferenças entre as dotações de recursos entre os países;

O modelo não considera as economias de escala.

¹⁸ Cf. KRUGMAN e OBSTFELD, 2010.

Algumas questões foram resolvidas com outras teorias, que estudaremos a seguir.

Teoria das Proporções de Fatores – Heckscher-Ohlin

A Teoria das proporções de fatores foi desenvolvida por dois economistas suecos, Eli Heckscher e Bertil Ohlin (Ohlin recebeu o Prêmio Nobel de Economia em 1977), e se fundamenta na inter-relação entre as proporções em que fatores de produção diferentes estão disponíveis em diferentes países, e nas proporções em que eles são utilizados na produção de diferentes bens. Com base nessa teoria, um país tende a exportar bens intensivos nos fatores cuja oferta é abundante¹⁹.

Esta teoria procura fundamentar o comércio internacional considerando mais de um fator de produção. Além do fator “trabalho”, considerado na teoria ricardiana, o modelo de Heckscher-Ohlin analisa as vantagens comparativas considerando o custo de produção também com base nos fatores “terra”, “recursos naturais” e “capital”. Como exemplo, se um país cujo fator trabalho for abundante poderá ter um custo relativo menor em produtos intensivos em trabalho; por outro lado, um país intensivo em capital poderá ter vantagem comparativa na produção de bens intensivos em capital.

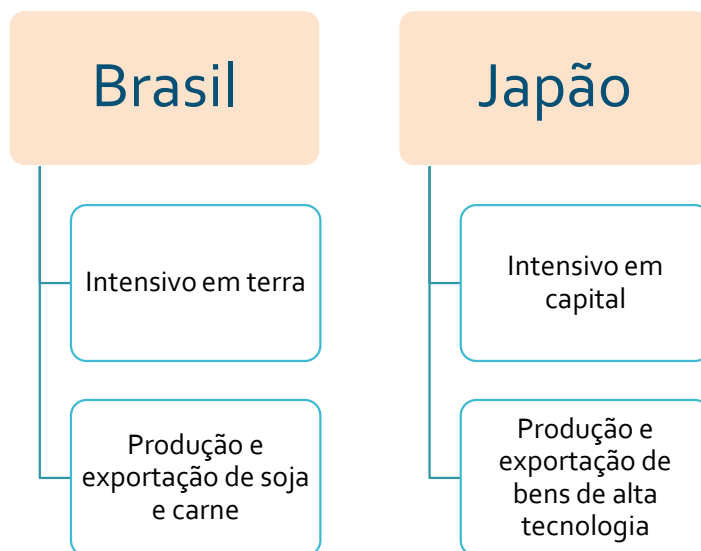


A teoria das proporções de fatores complementa a teoria das vantagens comparativas, resolvendo um de seus problemas: aquela teoria considerava apenas um fator de produção (trabalho).

Vejamos um exemplo simples:

Não é novidade para ninguém que o Brasil é abundante no fator terra e o Japão é abundante no fator capital. Também sabemos que o Brasil não é abundante em capital e o Japão não é abundante em terra. Dessa forma, o Brasil deveria se especializar na produção de bens intensivos do fator terra, que levará certamente a uma grande vantagem comparativa em relação ao Japão; por outro lado, o Japão deveria se especializar em bens intensivos em capital, que demandam um grande investimento. Assim, se justifica a produção brasileira e exportação de soja e carne, com grande vantagem comparativa, e a produção japonesa de bens de alta tecnologia, que são intensivos no fator capital.

¹⁹ Cf. KRUGMAN e OBSTFELD, 2010.



O modelo Hecksher-Ohlin justifica o comércio internacional pela especialização da produção em bens intensivos no fator de produção cuja oferta é abundante no território de cada país.

Teoria das proporções de fatores

Cada país deve especializar-se na produção de bens intensivos no fator de produção abundante

Fundamento do comércio internacional é a intensidade dos fatores de produção

Atenção!! *Este tema já caiu em prova!*

ESAF – AFRF – 2002

A teoria moderna do comércio internacional procurou superar as limitações da abordagem clássica das vantagens absolutas e relativas, caracterizando-se pela produção de modelos de análise do comércio internacional mais sofisticados, a exemplo do Hecksher-Ohlin, que atribuir as diferenças de custos de produção entre os países e os padrões de especialização com base na dotação dos fatores de produção.

RESOLUÇÃO:

O modelo Hecksher-Ohlin justifica o comércio internacional pela especialização da produção em bens intensivos no fator de produção cuja oferta é abundante no território de cada país, que proporcionará um custo de produção inferior a outro país.

Gabarito: alternativa certa

ESAF – AFRF – 2000

"O comércio internacional depende das diferenças dos custos (ou preços) relativos dos artigos produzidos pelos vários países. Mas por que esses custos relativos diferem entre países?"

A Dotação Relativa dos Fatores de Produção não se refere a uma das afirmativas abaixo. Identifique-a.

-O conjunto de condições naturais e sociais que influenciam a eficácia das forças produtivas nos diversos setores de produção e produtividade do trabalho também teriam uma forte influência nos preços.

RESOLUÇÃO:

A dotação relativa dos fatores de produção se refere à diferença na distribuição dos fatores de produção em diversos países, que gera uma diferença nos custos de produção de bens intensivos em determinados fatores. A alternativa incorreta se refere a outros fatores (sociais) que poderiam influenciar os preços, e que não são justificados pela teoria das proporções dos fatores.

Gabarito: alternativa incorreta

ESAF – AFRF – 2002

De acordo com a moderna teoria do comércio internacional, segundo o modelo Hecksher-Ohlin, os países tenderão a produzir e exportar bens cuja produção seja intensiva no fator produtivo mais abundante em suas respectivas economias.

RESOLUÇÃO:

O modelo Hecksher-Ohlin justifica o comércio internacional pela especialização da produção em bens intensivos no fator de produção cuja oferta é abundante no território de cada país, que proporcionará um custo de produção inferior a outro país.

Gabarito: alternativa certa

A Teoria das proporções de fatores também foi alvo de críticas²⁰ :

- Críticas**
- O modelo não fundamenta o comércio entre países com proporções de fatores semelhantes;
 - O modelo não analisa o comércio intrafirmas (mesmo setor);
 - O modelo não considera a empresa multinacional;
 - O modelo não considera as economias de escala;
 - O modelo não considera a variação das tecnologias empregadas e da distinção dos produtos.

Novas teorias do Comércio Internacional

Para tentar justificar a existência do comércio internacional entre **países com estruturas produtivas semelhantes**, bem como a existência do **comércio intrafirmas** (dentro do mesmo setor), surgiram novas teorias do comércio internacional.

Economia de escala

Uma das principais teorias que justificam o comércio internacional mesmo entre países com **estruturas produtivas semelhantes** foi apresentada por Paul Krugman, que destaca a importância das economias de escala para a **especialização** da produção o desenvolvimento do comércio.

Segundo Krugman²¹,

"Nem sempre é a vantagem comparativa que impulsiona o comércio. Em vez disso, muitas vezes são os retornos crescentes ou as economias de escala – isto é, a tendência de os custos unitários serem mais baixos com uma produção maior – que levam ao comércio. As economias de escala estimulam os países a se especializar e fazer comércio, mesmo na ausência de diferenças entre eles em termos de recursos ou tecnologias."

²⁰ Cf. KRUGMAN e OBSTFELD, 2010.

²¹ Cf. KRUGMAN e OBSTFELD, 2010.

Ocorre um ganho de escala quando um aumento dos insumos utilizados na produção proporciona um aumento maior da produção, ou, nas palavras de Krugman, quando dobramos os insumos em um dado setor mais do que dobrará sua produção.

O autor apresenta o seguinte exemplo:

Produção	Horas/Trabalho (insumo trabalho)	Média insumo trabalho
5 un	10 h	2
10 un	15 h	1,5
15 un	20 h	1,33
20 un	25 h	1,25
25 un	30 h	1,20
30 un	35 h	1,16

No exemplo, para produzir 5 unidades são necessárias 10 horas de trabalho; para produzir 10 unidades, ou seja, o dobro, são necessárias 15 horas de trabalho (menos do dobro); o ganho de escala aparece especialmente quando dobramos as horas de trabalho (de 15h para 30h), e a produção passa de 10 unidades para 25 unidades, mais do que dobra.

Dessa forma, os países tendem a se especializar e produzir em escala, de forma a reduzir o custo de produção e ganhar vantagem no mercado internacional.

Atenção!! *Este tema já caiu em prova!*

ESAF – ACE – 2012

Analise as assertivas abaixo e, em seguida, assinale a opção correta.

-O aproveitamento de economias de escala em diferentes países conduz à especialização em um número restrito de produtos, reduzindo assim a oferta de bens no mercado mundial e as possibilidades de comércio entre eles.

RESOLUÇÃO:

O aproveitamento de economias de escala em diferentes países não leva a uma redução da oferta de bens no mercado mundial e as possibilidades de comércio. Ao contrário, a especialização leva ao aumento da oferta de bens e possibilidades comerciais entre os países.

Alternativa errada

Concorrência Monopolística

Kurgman também justifica o comércio internacional entre países com estruturas produtivas semelhantes, bem como a existência do **comércio intrafirmas**, através da concorrência monopolística, que é um modelo de concorrência imperfeita.

Primeiro devemos diferenciar o comércio intrafirmas do comércio inter-firmas:

- **Comércio inter-firmas ou interindústria:** relações comerciais entre setores diferentes, por exemplo, troca de soja por computadores;
- **Comércio intrafirmas ou intraindústria:** relações comerciais entre o mesmo setor, por exemplo, no setor automobilístico. Nesse caso, ainda que um país produza e exporte automóveis, também é interessante importar outros automóveis que não são produzidos localmente.

Na estrutura de concorrência monopolística, há um grande número de empresas que produzem, cada uma, determinado produto, que possui características próprias que o individualizam em relação aos demais. Tratam-se de **produtos diferenciados**, configurando um verdadeiro monopólio na produção desse item. Como exemplo, temos o Iphone da Apple, que concorre com diversos outros smartphones, mas possui um diferencial que o torna único, permitindo sua produção em escala.

Outro exemplo é o mercado automobilístico, que permite o comércio intrafirmas pela produção de bens diferenciados em cada país. Por exemplo, a Fiat-Chrysler tem plantas industriais no Brasil e na Argentina, e o comércio internacional entre esses países é intenso no setor. Isso porque especializou na produção de determinados modelos no Brasil e outros na Argentina, permitindo o ganho de escala na produção e comercialização. O mercado global, por seu volume superior a qualquer mercado doméstico, permite a utilização do modelo de economias de escala, e a oferta mundial de produtos diferenciados.

Atenção!! *Este tema já caiu em prova!*

ESAF – ACE – 2012

Analise as assertivas abaixo e, em seguida, assinale a opção correta.

- No modelo de concorrência monopolística centrado na produção de manufaturas, um país tanto produzirá e exportará bens manufaturados como também os importará, alimentando assim o comércio intraindústrias e gerando ganhos extras no comércio internacional.

RESOLUÇÃO:

A concorrência monopolística baseia-se no modelo de economia de escala, com a diferenciação de produtos, que possibilita o desenvolvimento do comércio intrafirmas, com o aumento de oferta de produtos no mercado internacional. Um país tanto exportará quanto importará produtos do mesmo setor, mas diferentes daqueles que produz.

Alternativa certa

ESAF – AFRF – 2000

A Teoria da Concorrência Monopolística não tem o seguinte pressuposto:

- Se há comércio intra-indústria, um país pode produzir todos os bens.

RESOLUÇÃO:

A Teoria da Concorrência Monopolística pressupõe a existência de economias de escala, a diferenciação de produtos, o comércio intrafirmas e a existência de um grande número de firmas produzindo bens diferenciados. Quando ocorre o comércio intrafirmas, um país não produz todos os bens, importando aqueles que não produz, devido à especialização da produção para aproveitar os ganhos da produção em escala.

Gabarito: alternativa errada

Gosto dos consumidores

Por fim, outra teoria que justifica o comércio internacional entre países com estruturas semelhantes foi desenvolvida por Linder, na Teoria dos Gostos dos Consumidores.

Segundo tal teoria, o **gosto dos consumidores** influencia a demanda de determinados bens, **condicionados pelo nível de renda** da economia do país. Isso leva a uma situação comercial que aproxima os países e proporciona o comércio intrafirmas. Por exemplo, um cidadão sueco, ao invés de comprar um automóvel da marca Volvo, prefere comprar um da marca BMW, por ter um gosto parecido com o do alemão que dirige e aprecia sua marca.

Para Linder, o comércio de manufaturas seria maior entre países com níveis de renda semelhantes, por possuir estrutura de demanda e renda per capita similar.

Podemos, então, resumir assim as principais novas teorias de comércio internacional:

Novas teorias de comércio internacional

- Comércio intrafirmas (mesmo setor);
- Comércio entre países com proporções de fatores semelhantes;
- Ganhos da economia de escala;
- Concorrência monopolística;
- Diferenciação de produtos;
- Gosto dos consumidores.

2. Políticas comerciais

Muito bem. Agora que conhecemos um pouco sobre as teorias do comércio internacional podemos avançar sobre a forma que os governos atuam considerando as vantagens e desvantagens do comércio internacional, as pressões internas (políticas, econômicas e sociais) e a busca pelo bem-estar da população.

Então, como o governo atua?

Através de sua política comercial!

Mas, o que seria política comercial?

Em uma linguagem simples,

Política comercial: política do governo que influencia diretamente a quantidade de bens e serviços que um país importa ou exporta²²

A política comercial de um País determina seu grau de abertura econômica, ou seja, como o País se relacionará com os demais do ponto de vista comercial, suas importações e exportações.

Os gestores governamentais, com o objetivo de maximizar as riquezas nacionais, estimular o desenvolvimento econômico e social, e aumentar o bem-estar da população, devem definir o quanto de comércio com o exterior deverá ser admitido, e as medidas para estimular ou limitar o seu comércio exterior.

Entretanto, conforme nos alerta KRUGMAN²³, a formulação de políticas comerciais não levam em conta apenas componentes econômicos, no sentido de maximização da riqueza do País, mas sofrem forte influência de grupos de pressão que procuram maximizar o sucesso político ou interesses específicos, que pode não atender ao bem-estar geral da população e não maximizar o resultado econômico para o País.

Passamos ao estudo das políticas comerciais.

2.1. Livre cambismo

A doutrina econômica nos apresentou as vantagens do comércio internacional. Para KRUGMAN²⁴, os países participam do comércio internacional (i) **porque diferem um dos outros**, de forma a se **especializarem** na produção daquilo que fazem melhor em relação aos demais; e (ii) **para obter economias de escala**, de forma a produzirem numa escala maior e mais eficiente do que se tentasse produzir todos os bens de que necessitam. Ou seja, na busca pela eficiência produtiva e maximização de sua renda. Também temos o argumento do bem-estar, na disponibilidade de produtos para consumo, que não estariam disponíveis caso não houvesse o comércio internacional.

²² Cf. MANKIW, 2013.

²³ Cf. KRUGMAN e OBSTFELD, 2010.

²⁴ Cf. KRUGMAN e OBSTFELD, 2010.

O livre cambismo é um ideal buscado pelos economistas liberais desde Adam Smith pelo qual a política comercial deveria se guiar. Ou seja, a busca pela ausência de restrições às importações e exportações, deixando a regulação por conta do mercado (a mão invisível!). Segundo os modelos econômico, as medidas que procuram restringir o livre comércio têm perdas de eficiência econômica, inclusive de renda.

No livre cambismo, não há barreiras legais ou regulamentares ao comércio, que seria regulado pelo próprio mercado, com a especialização da produção através das vantagens comparativas de cada País, além da economia de escala, aproximando do modelo de concorrência perfeita.

Trata-se de um ideal utópico, mais teórico do que prático, especialmente considerando o nosso país, não é mesmo?

Logicamente, o ideal de livre comércio, ao ser adotado por cada país, deve ser ajustado para as possibilidades de cada nação, especialmente pelo seu ordenamento jurídico e especificidades. Podemos afirmar que não existe um modelo de livre comércio puro, mas adaptações considerando-o como um ideal, de inspiração liberal.

Atenção!! *Este tema já caiu em prova!*

ESAF – AFRF – 2000

O livre-cambismo rege que a livre troca de produtos no campo internacional, os quais seriam vendidos a preços mínimos, num regime de mercado, se aproximaria ao da livre concorrência perfeita.

COMENTÁRIO:

Conforme acima exposto, no livre cambismo o comércio internacional seria regulado pelo próprio mercado, com a especialização da produção através das vantagens comparativas de cada País, aproximando do modelo de concorrência perfeita.

Podemos considerar os seguintes argumentos a favor do livre comércio²⁵:

²⁵ Cf. KRUGMAN e OBSTFELD, 2010; MANKIWI, 2013.

Eficiência

- Ganho de eficiência para o país e para todo o comércio internacional na especialização de produção e comercialização de bens em que possua maior vantagem comparativa
- Possibilidade de ineficiência econômica das medidas protecionistas, que poderia levar um país a produzir bens sem qualquer vantagem comparativa, com maiores custos e reduzidos benefícios econômicos

Custo menor pela economia de escala

- Especialização com a utilização de economias de escala, com aumento de produtividade pelo aumento da produção, diluindo custos fixos e maximizando o resultado

Maior variedade de produtos

- Aumento da oferta interna de bens, com aumento no bem-estar da população devido a novas opções de consumo

Maior competição no mercado interno e estabilização de preços

- Com o aumento da oferta de bens no mercado interno, o preço interno tende a se estabilizar considerando a lei de mercado (oferta x demanda)

Melhor fluxo de ideias

- Maior competição interna leva a uma busca pelo aumento da competitividade do produto nacional, exigindo um desenvolvimento da indústria nacional buscando uma maior competitividade internacional
- O acesso a bens estrangeiros proporciona um acesso à tecnologia estrangeira, possibilitando uma transferência de avanços tecnológicos

Argumento político

- A abertura comercial escancara os custos da restrição ao livre comércio, tanto econômicos (custo das cotas, licenças, entraves aduaneiros, etc), quanto políticos
- O processo político, com atuação de grupos de influência interno e externo, influencia a decisão para a abertura comercial do país

2.2. Protecionismo

Já vimos as vantagens do comércio internacional através das teorias econômicas. Entretanto, alguns economistas defendem que o comércio internacional não é bom para todos os países, devendo ser restringido. Nesse entendimento, a economia nacional, especialmente a agricultura e o setor industrial, deveria ser protegida contra as ameaças externas, especialmente devido a suas fragilidades, adotando medidas **protecionistas**.

Os críticos também destacam a vulnerabilidade da economia nacional quando dependente de fatores externos, que poderia causar graves problemas em caso de guerra ou de crise financeira internacional (vimos isso recentemente!). Outra crítica ao livre comércio está no desemprego potencial causado pela abertura comercial, especialmente no curto prazo, pelo aumento da oferta de produtos e alteração do nível de preços internos, que afetaria a indústria então protegida.

Logicamente, já vimos que uma política comercial totalmente livre é utópica, especialmente pela necessidade de regulamentação de diversos pontos que afetam ao meio ambiente, saúde, etc. O ponto polêmico é saber se a política comercial deve proteger a economia e em qual medida.

Portanto, podemos definir o **protecionismo** como uma **política comercial que restringe a livre circulação de mercadorias e serviços**, com o objetivo de proteção à economia nacional. Quem nunca leu ou ouviu a reclamação de algum político ou mesmo empresário afirmando que a China destruiu a indústria nacional, que é mais fácil importar da China do que produzir no Brasil?

O Economista alemão Friedrich List é um dos principais teóricos do protecionismo. Em sua principal obra "O Sistema Nacional de Economia Política" expôs uma teoria protecionista em favor da nascente indústria alemã, com a defesa da intervenção do Estado no desenvolvimento da indústria nacional²⁶. Para o autor, o livre comércio não é bom para todos os países, mas apenas para aqueles com semelhante grau de desenvolvimento. Ele é o formulador do argumento de protecionismo para a proteção à indústria nascente.

O protecionismo pressupõe o controle governamental das operações de comércio internacional, através de medidas regulatórias ou mesmo com atuação direta nas operações de importações e exportações. Preferencialmente, se dá através da utilização de barreiras tarifárias e/ou não tarifárias, que estudaremos no próximo tópico.

Podemos considerar os seguintes argumentos contra o livre comércio²⁷, com base na **teoria econômica**:

²⁶ Cf. SANDRONI, 1996.

²⁷ Cf. KRUGMAN e OBSTFELD, 2010; MANKIW, 2013.

Argumento dos termos de troca a favor das tarifas

- Países grandes podem melhorar seus termos de troca* por meio de tarifas e impostos sobre exportação
- Krugman critica a utilidade do argumento, pela impossibilidade de os países pequenos exercerem influência sobre os preços de importação e pela possibilidade de retaliação por parte de outros países grandes

Argumento da falha do mercado doméstico

- Necessidade de proteção interna pela existência de falhas no mercado** interno, em seu papel regulador
- Exemplo de mercado em desequilíbrio: mão-de-obra desempregada ou subempregada; defeitos nos mercados de capital ou de trabalho; vazamentos tecnológicos de setores novos ou inovadores

Argumento dos empregos

- Desemprego potencial no curto prazo, causado pela abertura comercial, devido ao aumento da oferta de produtos e alteração do nível de preços internos, que afetaria a indústria então protegida, que precisaria de reduzir custos, levando a demissão dos empregados

* O que são **termos de troca**?

- **Relação entre os preços recebidos pelas exportações e os preços pagos pelas importações**
- **Indicam o poder de compra do país no exterior**

** O que são **falhas do mercado**?

- **Uma situação em que o mercado, por si só, fracassa ao alocar recursos eficientemente²⁸**
- **Teoria do segundo melhor: uma política sem interferência seria melhor se o mercado funcionasse corretamente. Caso contrário, existiria uma melhor solução que atacasse diretamente o problema; caso não fosse possível, a medida protecionista seria a "segunda melhor opção"**

Apesar da teoria econômica justificar a prática protecionista pelos argumentos acima relacionados, a **Organização Mundial do Comércio** autoriza práticas protecionistas nos seguintes casos:

²⁸ Cf. MANKIW, 2013.

- Proteção da indústria nascente
- Deslealdade comercial
- Equilíbrio no Balanço de Pagamentos
- Ocorrência de aumento do volume de importações
- Questões de segurança nacional
- Outras situações excepcionais

Argumento da indústria nascente

- A ajuda do Estado em favor do desenvolvimento econômico, de forma a proteger a indústria nascente, tem seu fundamento no art. XVIII do GATT, que autoriza a adoção de medidas protecionistas em casos de economias que não assegurem à população senão um baixo nível de vida e que está nos primeiros estágios de seu desenvolvimento, sendo aplicável de forma temporária
- Para KRUGMAN, seria uma das justificativas diante de falhas de mercado

Argumento da competição desleal

- Devido a diferenças regras aplicadas nos diferentes países, gerando uma competição desleal, inclusive através de práticas abusivas de comércio internacional, como o dumping e o subsídio
- O artigo VI do GATT autoriza a adoção de práticas protecionistas neste caso, que estudaremos em nossa aula 5

Argumento da proteção ao equilíbrio do Balanço de Pagamento

- O GATT admite a prática de políticas comerciais protecionistas a fim de salvaguardar a posição financeira do país no exterior e o equilíbrio de sua balança de pagamentos, na medida do necessário para afastar a ameaça

Argumento do aumento do volume de importações

- A adoção de medidas de defesa comercial é permitida em caso de ocorrência de um aumento considerável de importações de determinado produto que cause ou ameace causar dano aos produtores nacionais de produtos similares ou diretamente concorrentes, sendo aplicável de forma temporária
- As medidas de defesa comercial serão estudadas em nossa aula 5

Argumento da segurança nacional

- Os interesses essenciais de segurança de um país podem ser interpretados de forma bastante genérica para justificar a prática protecionista, não apenas relativo ao comércio de armas, munições e outros materiais de guerra, e os artigos destinados direta ou indiretamente ao uso das forças armadas, mas também relativo à restrições à entrada de produtos alimentícios e commodities agrícolas
- Recentemente, os EUA adotaram medidas protecionistas na importação de aço e alumínio sob o argumento de segurança nacional

Exceções gerais

- necessárias à proteção da moralidade pública
- necessárias à proteção da saúde e da vida das pessoas e dos animais e à preservação dos vegetais
- que se relacionem à exportação e a importação do ouro e da prata
- necessárias a assegurar a aplicação das leis e regulamentos
- relativas aos artigos fabricados nas prisões
- impostas para a proteção de tesouros nacionais de valor artístico, histórico ou arqueológico
- relativas à conservação dos recursos naturais esgotáveis
- tomadas em execução de compromisso contraídos em virtude de um Acordo intergovernamental sobre um produto de base
- que impliquem em restrições à exportação de matérias primas em execução de um plano governamental de estabilização
- essenciais à aquisição ou a distribuição de produtos dos quais se faz sentir uma penúria geral ou local

O Protecionismo foi adotado como base para a formulação de algumas relevantes políticas comerciais ao longo do último século, especialmente em países em desenvolvimento. O objetivo era a promoção da industrialização e enfrentar o desenvolvimento desigual da economia doméstica²⁹.

Desde a segunda guerra mundial até os anos 70, diversos países em desenvolvimento adotaram a política de industrialização pela substituição de importações. Trata-se de uma política comercial que procura incentivar a indústria nacional, limitando as importações de bens manufaturados.

Com a adoção de medidas protecionistas, o produto importado ficaria caro, ou mesmo proibido, de forma que todo o mercado consumidor doméstico ficaria à disposição dos fabricantes de bens nacionais.

Os principais argumentos da defesa da política de industrialização por substituição de importações são a **proteção da indústria nascente** e as **falhas de mercado**. Dentre seus principais teóricos, está Raul Prébisch, que defendia que os países em desenvolvimento deveriam desenvolver sua indústria, para evitar a **deteriorização dos termos de troca**, ou seja, como os bens primários valem cada vez menos no mercado

²⁹ Cf. KRUGMAN e OBSTFELD, 2010.

internacional em relação aos bens industrializados, os países em desenvolvimento receberiam cada vez menos no comércio internacional.

Já as críticas a tal modelo apontam pela estagnação tecnológica devido ao fechamento comercial que dificulta o acesso e a busca por inovações, além da perda de escala na produção e comercialização.

Já em meados dos anos 60, outros países adotaram o modelo de industrialização orientada para exportações, que proporcionou o grande desenvolvimento de países do leste asiático. Trata-se de um modelo que procurou desenvolver a indústria nacional com o foco no mercado externo.

Ainda que as economias dos países do leste asiático tenham experimentado um grande crescimento econômico, não há uma opinião uniforme acerca das razões para seu sucesso, com alguns economistas apontando pela efetividade das **políticas comerciais**, com taxas de proteção mais baixas que os demais países em desenvolvimento, outros economistas apontam pelo sucesso de suas **políticas industriais**, através da concessão de subsídios e incentivos fiscais, ou mesmo pelas **altas taxas de poupança** e **níveis de instrução**³⁰.

2.3. Barreiras tarifárias

Dentre os instrumentos de política comercial, destaca-se as barreiras tarifárias, que são os gravames que incidem nas operações de comércio exterior. No Brasil, tratam-se do imposto de importação e do imposto de exportação.

Conforme aprenderemos no curso de Legislação Aduaneira, os impostos de importação e exportação possuem a natureza extrafiscal, ou seja, são instrumentos de política econômica do governo para regular a economia, não possuindo finalidade arrecadatória. Se o governo quer restringir a entrada de algum bem, eleva a alíquota do imposto de importação desse produto; caso queira incentivar a importação, reduz a alíquota.

Em nosso sistema tributário-aduaneiro temos as seguintes tarifas aduaneiras:

- **ad valorem**: que incide sobre o valor do bem (% do valor do bem)
- **específica**: valor específico que incide sobre determinada medida (R\$ x por litro)
- **mista**: conjugação das tarifas *ad valorem* e específica (x por litro + y%)

Atenção!! Este tema já caiu em prova!

³⁰ Cf. KRUGMAN e OBSTFELD, 2010.

ESAF – ACE - 2012

A imposição de tarifas às importações exerce importantes efeitos sobre a renda internamente. Acerca desses efeitos, é correto afirmar que

- a renda do governo e dos produtores domésticos beneficiados com a proteção tarifária aumenta, ao mesmo tempo em que se reduz o poder aquisitivo dos consumidores.

COMENTÁRIO:

A imposição de tarifas na importação reflete diretamente no preço do produto importado pago pelo consumidor nacional e na arrecadação do governo. Reflete, também, na renda dos produtores domésticos beneficiados com a proteção tarifária, visto que seus produtos ficarão mais baratos do que os produtos estrangeiros, permitindo um aumento de renda com o aumento do volume vendido. Dessa forma, podemos afirmar que a renda do governo e dos produtores domésticos aumenta e a dos consumidores diminui com o pagamento da tarifa.

2.4. Barreiras não tarifárias

As barreiras tarifárias são constantemente combatidas, especialmente após o surgimento do GATT (General Agreement on Tariffs and Trade) em 1947 e suas sucessivas Rodadas de Negociação, que procuraram reduzir as tarifas aduaneiras incidentes nas importações.

Por essa razão, os países procuraram outras formas de protecionismo, tanto expressa quanto veladas, de forma a proteger sua economia, com a utilização de barreiras não tarifárias. Podem se dar através de procedimentos administrativos, obrigatoriedade de adoção de padrões e de controles sanitários e técnicos, estabelecimento de cotas, necessidade de conteúdo local, entre outras.

Tratam-se de outros instrumentos de política comercial utilizadas pelos países com a finalidade protecionista, de forma a restringir a importação de bens.

Relacionamos as **principais medidas não tarifárias**:

COTAS DE IMPORTAÇÃO

- Limitação de importações pela fixação de cotas para produtos, ou seja, apenas determinada quantidade de bens podem ser importadas no período.

PROIBIÇÃO DE IMPORTAÇÃO

- Estabelecimento de proibições de importação de determinados produtos, ainda que seja permitido sua comercialização no mercado interno.

SUBSÍDIOS À EXPORTAÇÃO

- Concessão de benefícios aos exportadores, que podem ser através de contribuição financeira, doações, empréstimos, aportes de capital, garantias de empréstimos, perdão de dívidas, bonificação fiscal ou qualquer forma de sustentação de renda ou de preços.

RESTRIÇÕES VOLUNTÁRIAS À EXPORTAÇÃO (RVE) ou ACORDO DE RESTRIÇÃO VOLUNTÁRIA

- Estabelecimento de cotas à exportação pelo próprio país exportador, a pedido do importador, a fim de evitar restrições comerciais.

NECESSIDADE DE CONTEÚDO LOCAL

- Exigência de produção local de parte do processo produtivo do bem.

BARREIRAS TÉCNICAS AO COMÉRCIO

- Restrições quanto à composição do produto de forma a atender parâmetros mínimos, inclusive para se adequar a medidas de caráter ambiental.

BARREIRAS SANITÁRIAS E FITOSSANITÁRIAS

- Exigência de observância de normas sanitárias e fitossanitárias na importação de produtos de origem animal e vegetal.

MEDIDAS DE DEFESA COMERCIAL

- Aplicação de medidas compensatórias, em caso de comprovação de prática de subsídios;
- Aplicação de direitos antidumping, em caso de prática de dumping; e
- Aplicação de medidas de salvaguardas, em caso de prejuízo grave ou ameaça decorrente do aumento do volume de importações.

OUTRAS BARREIRAS NÃO TARIFÁRIAS

- Estabelecimento de preços mínimos como referência para a cobrança das tarifas de importação, sem considerar a valoração aduaneira do produto
- Licenciamento das importações
- Controle cambial
- Exigências consulares
- Exigência de veículo de bandeira nacional para o transporte de mercadorias importadas
- Inspeções prévias ao embarque
- Procedimentos aduaneiros especiais
- Medidas para a segurança de contêineres
- Adicionais de tarifas portuárias ou de marinha mercante
- Taxas sobre serviços aduaneiros

Atenção!! *Este tema já caiu em prova!*

ESAF – AFRF – 2000

As Barreiras Não-Tarifárias (BNT) são frequentemente apontadas como grandes obstáculos ao comércio internacional. Podem vir a se constituir Barreiras Não-Tarifárias (BNT) todas as modalidades abaixo, exceto:

- a) Direitos Aduaneiros
- b) Normas de segurança
- c) Quotas
- d) Sistemas de Licença de Importação
- e) Medidas fitossanitárias

RESOLUÇÃO:

São barreiras não tarifárias: normas de segurança, cotas de importação, licenciamento de importação, estabelecimento de medidas fitossanitárias, entre outras. Os direitos aduaneiros são barreiras tarifárias!

Gabarito: A

ESAF – AFRF – 2003

Sobre o protecionismo, em suas expressões contemporâneas, é correto afirmar-se que:

- c) assume feições preponderantemente não tarifárias, associando-se, entre outros, a procedimentos administrativos e à adoção de padrões e de controles relativos às características sanitárias e técnicas dos bens transacionados.

COMENTÁRIO:

As barreiras não tarifárias assumiram seu protagonismo como principal medida protecionista, sendo apresentada, entre outras situações, através de procedimentos administrativos e adequação a requisitos técnicos e sanitários para importação.

ESAF – AFRF – 2002

Com relação às práticas protecionistas, tal como observadas nas últimas cinco décadas, é correto afirmar-se que:

- a) assumiram expressão preponderantemente não-tarifária à medida que, por força de compromissos multilaterais, de acordos regionais e de iniciativas unilaterais, reduziram-se as barreiras tarifárias.

COMENTÁRIO:

Correto. A partir do controle exercido por acordos comerciais e pelas diversas rodadas de negociação do GATT, as barreiras tarifárias sofreram forte pressão como instrumento protecionista. Assim, assumiram relevância as barreiras não tarifárias como forma velada ou expressa de protecionismo.

2.5. Políticas comerciais estratégicas

Na prova de AFRFB de 2009 tinha a seguinte afirmativa (correta):

“A ênfase ao estímulo à produção e à competitividade de bens de alto valor agregado e de maior potencial de irradiação econômica e tecnológica a serem destinados fundamentalmente para os mercados de exportação caracteriza as políticas comerciais estratégicas.” (ESAF, 2009)

Então, o que seriam as tais **políticas comerciais estratégicas**?

Tratam-se de políticas comerciais ativistas, com intervenções estatais em determinados setores estratégicos, especialmente naqueles que envolvem alta tecnologia. A política comercial estratégica se fundamenta basicamente pelo argumento de **falhas do mercado**, especialmente nos setores de tecnologia avançada, devido à existência de **externalidades tecnológicas**, e também de forma a captar os **retornos em excesso**, que são típicos desses setores.³¹

Mas, o que são externalidades tecnológicas?

Externalidade: benefícios apropriados por outros grupos além das empresas que os geram

No setor de tecnologia, tal fato pode ocorrer com frequência: uma empresa investe capital e trabalho na pesquisa e desenvolvimento de um produto de tecnologia avançada, e o lança no mercado; uma outra empresa, a partir daquele produto já desenvolvido, utilizando inclusive da “engenharia reversa” (desmontando o produto para ver como ele funciona), fabrica um produto similar sem incorrer no custo para seu desenvolvimento original, apropriando de uma ideia e de uma tecnologia de terceiro.

Além disso, tais setores geram um grande retorno financeiro, especialmente devido à concorrência imperfeita (concorrência monopolística) que todos os países vão querer se apropriar.

Dessa forma, políticas comerciais estratégicas procuram estabelecer medidas de estímulo à pesquisa e desenvolvimento, além da imposição de barreiras comerciais de produtos concorrentes, subsídios e benefícios fiscais, de forma a fomentar a produção e desenvolver determinados setores de avançada tecnologia.

Terminamos a parte teórica da aula. Agora vamos resolver algumas questões prova!

³¹ Cf. KRUGMAN e OBSTFELD, 2010.

Questões de prova comentadas

1. ESAF – AFRF – 2000

Ao conjunto dinâmico do intercâmbio físico de bens e de serviços, bem como dos fluxos financeiros correspondentes, entre os diversos países, regiões e grupos econômicos do mundo, resultante da divisão internacional do trabalho, da dotação diferenciada dos fatores de produção e da diversidade das habilidades adquiridas por cada participante, poder-se-ia denominar

- a) Balança de Serviços
- b) Comércio Exterior
- c) Comércio Internacional
- d) Comércio Intrazonal
- e) Comércio Fronteiriço

RESOLUÇÃO:

Trata-se de conceito de **comércio internacional**, que consideram a relação de troca de bens e serviços entre diferentes territórios soberanos. A diferença entre a expressão "comércio internacional" e a expressão "comércio exterior" refere-se à perspectiva que analisamos: nos referimos a "comércio internacional" a partir de uma perspectiva global; e a "comércio exterior" a partir de uma perspectiva de um país específico. A expressão "comércio intrazonal" refere-se às atividades comerciais dentro de uma zona específica; a expressão "comércio fronteiriço" refere-se às atividades comerciais relativas a uma fronteira. Balança de serviços é a conta do Balanço de Pagamentos de um país onde são registradas determinadas transações com o exterior.

Gabarito: C

2. ESAF – AFRF – 2002

Assinale a opção que melhor define "Comércio Internacional".

- a) A expressão "Comércio Internacional" designa, unicamente, a troca de mercadorias entre diferentes países, não abrangendo serviços nem aspectos ligados à sua execução, como o transporte e o pagamento.
- b) A expressão "Comércio Internacional", refere-se às trocas de mercadorias entre diferentes países exclusivamente por compra e venda internacional e abrange tudo o que for ligado à sua execução, incluindo transporte e pagamento.
- c) A expressão "Comércio Internacional" designa a troca de mercadorias e serviços entre os países signatários do GATT.
- d) A expressão "Comércio Internacional" designa a troca de mercadorias entre o Brasil e os países do Mercosul.
- e) A expressão "Comércio Internacional" designa a troca de mercadorias e serviços de todos os tipos entre diferentes países em tudo o que for ligado à sua execução, incluindo transporte e pagamento.

RESOLUÇÃO:

A melhor definição de comércio internacional é aquela que considera a relação de troca de **bens e serviços entre diferentes territórios soberanos**, não apenas entre países signatários do GATT ou do Mercosul, e envolve tudo que está relacionado com a operação comercial, inclusive o transporte, seguro e financiamento, caso existente.

Gabarito: E

3. ESAF – AFRF – 2002

O comércio de bens manufaturados vem crescendo significativamente desde a Segunda Guerra Mundial, inclusive com crescente participação de países em desenvolvimento. Entre os fatores que têm concorrido para a expansão do comércio de bens industrializados encontram-se:

- a) os investimentos diretos, a internacionalização da produção e o comércio intra-firmas.
- b) a concentração da produção, da geração de tecnologias e da renda nos países desenvolvidos.
- c) o menor custo da mão-de-obra, a maior oferta de matérias-primas e a concentração de investimentos diretos nos países emergentes.
- d) as disparidades de renda e as diferenças quanto à estrutura da demanda entre os países desenvolvidos e os países em desenvolvimento.
- e) a diminuição da demanda por commodities no mercado mundial, a disseminação de tecnologias aplicadas e a atuação das empresas transnacionais.

RESOLUÇÃO:

a) O crescimento do comércio intrafirmas, a internacionalização da produção, a especialização e a economia de escala têm concorrido para a expansão do comércio internacional, conforme nos explica as novas teorias de comércio internacional. Juntamente com o aumento dos investimentos diretos a nível mundial, que permitem a internacionalização da produção e a criação de filiais de grandes grupos multinacionais nos países em desenvolvimento.

b) Alternativa errada, pois não se observa a concentração da produção nos países desenvolvidos, mas a desconcentração.

c) Alternativa errada, mas a resposta foi difícil! O menor custo da mão-de-obra, a maior oferta de matérias-primas e a concentração de investimentos diretos nos países emergentes são responsáveis pela desconcentração da produção e sua distribuição em diversas regiões mundiais. Não é causa direta da expansão do comércio de bens industrializados, mas poderia ser considerada como uma causa indireta, visto que a desconcentração reflete no aumento do comércio internacional.

d) Alternativa errada, pois tais disparidades levam à redução, não ao aumento do comércio internacional.

e) Alternativa errada. Ao contrário do informado no texto, não há diminuição da demanda por commodities no mercado mundial, mas sim o aumento. Vide o breve, mas relevante desenvolvimento econômico e social brasileiro nos anos 2000, fruto da grande demanda por commodities.

Gabarito: A

4. ESAF – CGU – Controladoria Geral da União – 2002

Foram criados pelo Acordo de Bretton Woods:

- a) o Fundo Monetário Internacional-FMI e o Acordo Geral de Tarifas e Comércio-Gatt.
- b) o Fundo Monetário Internacional-FMI e a Organização Mundial do Comércio-OMC.
- c) o Fundo Monetário Internacional-FMI e o Banco Mundial-BIRD.
- d) o Banco Mundial-BIRD e o Acordo Geral de Tarifas e Comércio-Gatt.
- e) o Banco Mundial-BIRD, o Fundo Monetário Internacional-FMI, o Acordo Geral de Tarifas e Comércio-Gatt e o Banco para Compensações Internacionais-BIS.

RESOLUÇÃO:

Foram criados pelo Acordo de Bretton Woods o FMI e o Banco Mundial. Houve uma tentativa de criação da OIC (Organização Internacional do Comércio), que não foi para frente. O GATT/47 foi assinado a partir das tratativas para a criação da OIC, mas não se tratava de um organismo internacional “criado”, o que ocorreu apenas em 1994 com a criação da OMC. Estudaremos mais sobre a OMC em nossa aula 1.

Gabarito: C

5. ESAF – AFRF – 2003

A Conferência das Nações Unidas sobre Comércio e Desenvolvimento (UNCTAD) é a instância dedicada ao tratamento de questões afetas à participação e perspectivas dos países em desenvolvimento no comércio internacional. Sua agenda, no tocante ao comércio internacional, envolve temas como:

- a) sugestão de estratégias de abertura comercial e para a implementação do sistema de regras comerciais definido multilateralmente.
- b) identificação de instrumentos de política comercial em apoio aos esforços de desenvolvimento no contexto de globalização econômica, apoio técnico para permitir participação efetiva em negociações comerciais internacionais e para a superação de entraves à plena inserção no comércio internacional.
- c) geração de propostas e mecanismos alternativos para a resolução de disputas comerciais e para a construção de esquemas preferenciais entre países em desenvolvimento.
- d) identificação, junto aos países industrializados, de formas de cooperação para o desenvolvimento, de transferência de tecnologias e atração de investimentos.
- e) implementação de medidas de investimentos relacionadas ao comércio, de compromissos sociais e ambientais no marco de acordos comerciais firmados entre países desenvolvidos e países em desenvolvimento.

RESOLUÇÃO:

Instituída pela Assembleia-Geral das Nações Unidas em 1964, a **Conferência das Nações Unidas sobre Comércio e Desenvolvimento (UNCTAD)** é o órgão das Nações Unidas com mandato específico para tratar da relação entre comércio internacional e desenvolvimento, além de temas conexos.

- a) Alternativa incorreta, visto que a UNCTAD não é responsável pela implementação do sistema de regras comerciais definido multilateralmente, função que cabe à OMC.

- b) Alternativa correta. Cabe à UNCTAD (i) a identificação de instrumentos de política comercial em apoio aos esforços de desenvolvimento no contexto de globalização econômica; (ii) o apoio técnico para permitir participação efetiva em negociações comerciais internacionais e para a superação de entraves à plena inserção no comércio internacional. Conforme estudamos, a UNCTAD atua através do apoio técnico mediante investigação e análise de políticas econômicas e de desenvolvimento, cooperação técnica de forma a auxiliar a participação do país em negociações comerciais internacionais e inserção no comércio internacional, e a interação com a sociedade civil e o mundo da economia. Também procura promover a integração do comércio, o meio ambiente e o desenvolvimento, e análise de questões relacionadas com o direito e as políticas da concorrência.
- c) Alternativa incorreta, visto que não compete a UNCTAD a geração de mecanismos alternativos para a resolução de disputas comerciais e para a construção de esquemas preferenciais entre países em desenvolvimento, mas apenas o apoio técnico e propostas.
- d) Alternativa incorreta. A UNCTAD atua em defesa dos países em desenvolvimentos, não dos países industrializados.
- e) Alternativa incorreta. Não compete a UNCTAD o debate acerca da implementação de medidas de investimentos relacionadas ao comércio, de compromissos sociais e ambientais no marco de acordos comerciais firmados entre países desenvolvidos e países em desenvolvimento.

Gabarito: B**6. ESAF – AFRF – 2002**

A respeito do processo de globalização, é correto afirmar que

- a) alcança indistintamente a todos os países, a despeito de seus respectivos níveis de desenvolvimento econômico, tornando-os mais homogêneos política, econômica, social e culturalmente.
- b) é um processo eminentemente comercial associado à liberalização das trocas e à expansão dos mercados nacionais em escala global, o qual aprofunda diferenças econômicas entre os países.
- c) se manifesta no entrelaçamento dos campos do comércio, das finanças e da produção internacional e no aprofundamento da interdependência entre os países e com importantes desdobramentos políticos, econômicos e sócio-culturais.
- d) tem como cerne o crescimento e a aceleração dos fluxos financeiros internacionais em virtude do movimento de capitais especulativos em escala global.
- e) é um fenômeno fundamentalmente associado às estratégias das corporações transnacionais objetivando expandir e consolidar sua presença nos mercados dos países emergentes.

RESOLUÇÃO:

- a) Alternativa errada. A globalização **não** alcança indistintamente a todos os países, e se reflete de forma distinta conforme o nível de desenvolvimento econômico de cada nação.
- b) Alternativa errada. A globalização **não** é um processo exclusivamente comercial, mas também cultural, social, político e, logicamente, econômico.

c) Alternativa certa. **A globalização se manifesta no entrelaçamento dos campos do comércio, das finanças e da produção internacional e no aprofundamento da interdependência entre os países e com importantes desdobramentos políticos, econômicos e socioculturais.**

d) Alternativa errada. Apesar de relevante, a globalização **não** tem como cerne o crescimento e a aceleração dos fluxos financeiros internacionais.

e) Alternativa errada. A globalização **não** é um fenômeno fundamentalmente associado às estratégias das corporações transnacionais, mas uma conjunção de fatores, e é motivada internamente pelo poder público dentro de sua política comercial adotada.

Gabarito: C

7. ESAF – AFRF – 2002

A literatura econômica afirma, com base em argumentos teóricos e empíricos, que o comércio internacional confere importantes estímulos ao crescimento econômico. Entre os fatores que explicam o efeito positivo do comércio sobre o crescimento destacam-se:

a) a crescente importância dos setores exportadores na formação do Produto Interno dos países; as pressões em favor da estabilidade cambial e monetária que provêm do comércio; e o aumento da demanda agregada sobre a renda.

b) a melhor eficiência alocativa propiciada pelas trocas internacionais; a substituição de importações; e a consequente geração de superávits comerciais.

c) a crescente importância das exportações para o Produto Interno dos países; a importância das importações para o aumento da competitividade; e o melhor aproveitamento de economias de escala.

d) os efeitos sobre o emprego e sobre a renda decorrentes do aumento da demanda agregada; e o estímulo à obtenção de saldos comerciais positivos.

e) a ampliação de mercados; os deslocamentos produtivos; e o equilíbrio das taxas de juros e dos preços que o comércio induz.

RESOLUÇÃO:

Questão bem chata!

a) Alternativa errada. Apesar da importância dos setores exportadores na formação do PIB dos países, as pressões em favor da estabilidade cambial e monetária que provêm do comércio e o aumento da demanda agregada sobre a renda não explicam o efeito positivo do comércio sobre o crescimento.

b) Alternativa errada. O modelo de substituição de importações é uma medida protecionista, que vai na contramão do comércio internacional. Também a geração de superávits comerciais necessariamente não explica o efeito do comércio sobre o crescimento.

c) Alternativa certa, por destacar a importância das exportações para o PIB, a importância das importações para o aumento da competitividade das indústrias nacionais, inclusive abrindo as portas para a inovação, e o melhor aproveitamento de economias de escala, que são fundamentos para o desenvolvimento do comércio internacional com reflexos na produção interna e crescimento econômico.

d) Alternativa errada. O estímulo à obtenção de saldos comerciais positivos necessariamente não leva a um crescimento interno.

e) Alternativa errada. A ampliação de mercados e os deslocamentos produtivos podem refletir no crescimento via comércio internacional. Só que o equilíbrio das taxas de juros e dos preços pelo comércio é uma constatação teórica, que não se reflete necessariamente, e não explica o efeito positivo do comércio sobre o crescimento.

Gabarito: C

8. ESAF – AFRF – 2000

Sobre balanço de pagamentos, não se pode fazer a seguinte afirmativa:

- a) Balança de pagamento é um registro contábil de todas as transações de um país com os outros países do mundo.
- b) A balança de pagamento deve estar sempre em equilíbrio .
- c) A balança comercial e a balança de serviços formam a "balança de transações correntes".
- d) A balança de serviços inclui, entre outros, serviço de transporte (fretes), assistências técnicas, lucros e royalties, remetidos pelas empresas transnacionais.
- e) Na balança de capitais são registrados o capital das firmas estrangeiras que ingressam no país sob a forma de empréstimos. Os empréstimos de outros governos para o governo brasileiro, empréstimos do FMI, etc. e os juros que o Brasil paga pelos empréstimos fornecidos por outras nações.

RESOLUÇÃO:

Balança de pagamento é o registro contábil das transações de um país com o exterior, com registros das transações comerciais (balança comercial) e de serviços, como fretes, assistência técnica, royalties, lucros e juros (balança de serviços), que juntos fazem parte da balança de transações correntes. Na balança de capitais são contabilizados os empréstimos, financiamentos e amortizações. Os juros pagos não são contabilizados nessa conta, mas sim no balanço de serviços, o que deixa a alternativa "e" incorreta.

Gabarito: E

9. ESAF – AFRF – 2002

De acordo com a teoria clássica do comércio internacional, as trocas comerciais entre dois países podem ser vantajosas mesmo quando um país não usufrua de vantagem absoluta no tocante à produção de um determinado bem, mas sim de vantagem comparativa, a qual decorre, segundo Ricardo, de diferenças, entre ambos países, em relação:

- a) à produtividade da mão-de-obra.
- b) aos custos das matérias-primas.
- c) aos custos de transporte.
- d) aos custos de remuneração do capital.

e) à dotação de fatores de produção.

RESOLUÇÃO:

O único fator de produção analisado por Ricardo é o fator trabalho. Logo, as vantagens comparativas decorrem de diferenças em relação à produtividade da mão-de-obra.

Gabarito: A

10. ESAF – AFRF – 2000

A Teoria de Vantagens Absolutas afirma em quais condições determinado produto ou serviço poderia ser oferecido com:

- a) preço final (CIF) inferiores aos do concorrente.
- b) preços de aquisição inferiores aos do concorrente.
- c) custo de oportunidade maior que as do concorrente.
- d) preços de custo inferiores aos do concorrente.
- e) menor eficiência que os do concorrente.

RESOLUÇÃO:

A Teoria das Vantagens Absolutas fundamenta o comércio internacional a partir da divisão internacional da produção e da especialização, determinando que cada país deveria se especializar na produção de bens ou serviços com custos inferiores aos dos concorrentes, considerando apenas o fator trabalho.

Gabarito: D

11. ESAF – AFRF – 2000

"O comércio internacional depende das diferenças dos custos (ou preços) relativos dos artigos produzidos pelos vários países. Mas por que esses custos relativos diferem entre países?"

A Dotação Relativa dos Fatores de Produção não se refere a uma das afirmativas abaixo. Identifique-a.

- a) O conjunto de condições naturais e sociais que influenciam a eficácia das forças produtivas nos diversos setores de produção e produtividade do trabalho também teriam uma forte influência nos preços.
- b) Os diversos produtos exigem proporções diferentes de fatores de produção para serem produzidos.
- c) Os fatores de produção não se encontram distribuídos nas mesmas proporções nos diversos países.
- d) Um fator relativamente escasso em um país terá um custo relativo mais elevado.
- e) A causa da diferença de custos relativos reside na distribuição desigual de recursos (fatores) de produção.

RESOLUÇÃO:

A dotação relativa dos fatores de produção se refere à diferença na distribuição dos fatores de produção em diversos países, que gera uma diferença nos custos de produção de bens intensivos em determinados

fatores. A alternativa incorreta, "a", se refere a outros fatores (sociais) que poderiam influenciar os preços, e que não são justificados pela teoria das proporções dos fatores. As demais alternativas estão corretas.

Gabarito: A

12. ESAF – ACE – 2012

De acordo com o modelo de David Ricardo, o padrão de especialização produtiva de um país e, por consequência, a composição de sua pauta exportadora está diretamente relacionada à(s)

- a) diferenças entre os custos de remuneração do capital em diferentes indústrias.
- b) vantagens relativas determinadas pela produtividade do fator trabalho em diferentes indústrias.
- c) dotação dos fatores de produção.
- d) vantagens absolutas derivadas das diferenças na remuneração da mão de obra.
- e) vantagens comparativas relativas determinadas pela produtividade do capital.

RESOLUÇÃO:

Conforme já visto, o único fator de produção analisado por Ricardo é o fator trabalho. Logo, o país deve se especializar na produção de itens em que possuam vantagens comparativas (relativas) determinadas pela produtividade da mão-de-obra (fator trabalho).

Gabarito: B

13. ESAF – ACE – 2012

Sobre a Teoria das Vantagens Comparativas no Comércio Internacional, é correto afirmar o seguinte:

- a) ao se considerar a eficiência produtiva dos países "A" e "B", para que o país "A" aproveite os ganhos de vantagem comparativa ao produzir um bem ou serviço específico, ele precisa possuir vantagem absoluta na produção do mesmo bem em relação a "B".
- b) no modelo de Ricardo, as condições de demanda interna condicionam os preços internos antes da abertura do mercado, já que tais preços são apenas parcialmente determinados pelo fator trabalho.
- c) depois da abertura do mercado torna-se interessante para o país "A" comprar um bem ou serviço do país "B", que o produza a custo menor do que "A", visto que "A" passa a poder empregar sua mão-de-obra na produção de outros bens ou serviços, em que tenha alguma vantagem comparativa.
- d) mesmo sabendo-se os valores dos preços de mão-de-obra e os requisitos de trabalho inerentes à produção de um bem específico em dois países, não se pode utilizar a taxa de câmbio como parâmetro de comparação dos preços nos dois países, visto que as estruturas produtivas encerram distorções na formação de preços.
- e) uma vez observada a abertura de mercados, a especialização da produção engendrada pelas vantagens comparativas passa a constituir novo incentivo ao aumento do comércio internacional, produzindo benefícios para todos os participantes dos mercados competitivos sempre que os preços relativos dos bens comercializados forem iguais aos que se observariam na ausência do comércio.

RESOLUÇÃO:

Para Ricardo, o comércio internacional se justifica mesmo quando um país não possua vantagens absolutas em relação a outros, visto que não é o princípio da vantagem absoluta que possibilita o comércio, mas as vantagens comparativas. A alternativa "c" está correta. O conceito de custo de oportunidade aplica-se à teoria das vantagens comparativas, pela escolha que o país deve fazer em alocar a mão-de-obra disponível na produção daquele bem que possui a melhor vantagem comparativa.

Gabarito: C

14. ESAF – AFRF – 2002-2

Segundo a teoria clássica do comércio internacional, na concepção de David Ricardo, o comércio entre dois países é mutuamente benéfico quando:

- a) cada país especializa-se na produção de bens nos quais possa empregar a menor quantidade de trabalho possível, independentemente das condições de produção e do preço dos mesmos bens no outro país, o que permitirá a ambos auferir maiores lucros com a exportação do que com a venda daqueles bens nos respectivos mercados internos.
- b) intercambiam-se bens em cuja produção sejam empregadas as mesmas quantidades de trabalho, o que lhes permite auferir ganhos em virtude de diferenças, entre esses mesmos países, na dotação dos demais fatores de produção.
- c) ambos países produzem os bens necessários para o abastecimento de seus respectivos mercados, obtendo lucros adicionais com a exportação dos excedentes gerados.
- d) cada país especializa-se na produção daqueles bens em que possua vantagem relativa, importando do outro aqueles bens para os quais o custo de oportunidade de produção interna seja relativamente maior.
- e) a capacidade relativa de produção entre ambos países for semelhante, o que os leva a procurar obter vantagens absolutas e assim obter ganhos com o comércio mediante a exportação dos excedentes de produção.

RESOLUÇÃO:

- a) Alternativa errada. A especialização analisada de forma independente das condições de produção e do preço dos mesmos bens no outro país é justificada pela Teoria das Vantagens Absolutas.
- b) Alternativa errada. O único fator de produção analisado por Ricardo foi o trabalho, não importando as diferenças na dotação dos demais fatores de produção.
- c) Alternativa errada. Na Teoria das Vantagens Comparativas há a especialização da produção nos itens de menor custo relativo.
- d) Alternativa correta. Cada país deve especializar-se na produção daqueles bens em que possua vantagem comparativa (relativa), importando do outro aqueles bens para os quais o custo de oportunidade de produção interna seja relativamente maior.
- e) Alternativa errada. O trata de vantagens absolutas, não de vantagens comparativas.

Gabarito: D

15. ESAF – AFRF – 2000

A transnacionalização é um fenômeno distinto que, sutilmente, relega a internacionalização comercial quase a um segundo plano. Este fenômeno começou a ser percebido a meados dos anos sessenta, quando o valor da produção das subsidiárias dos grandes conglomerados industriais no estrangeiro começou a superar o valor do comércio internacional. O auge da inversão estrangeira direta, que alentou a instalação destas sucursais, deveu-se a múltiplos fatores: a reconstrução e recuperação de um mundo destruído pela guerra, o descobrimento da possibilidade de dividir o ciclo produtivo de maneira muito mais fina do que no passado e a compreensão de que era possível ter acesso às vantagens comparativas (relativas) peculiares que ofereciam os diversos países e regiões do mundo.

O grande mérito de um economista foi mostrar que o comércio também seria proveitoso para dois países, mesmo que um deles tivesse vantagem absoluta sobre o outro na produção de todas as mercadorias; mas sua vantagem seria maior em alguns produtos do que em outros. O economista em questão foi:

- a) Adam Smith
- b) Keneth Galbraith
- c) David Ricardo
- d) Karl Max
- e) Stephen Kanitz

RESOLUÇÃO:

A Teoria das Vantagens Comparativas foi desenvolvida por **David Ricardo**, e justifica o comércio internacional mesmo quando um país for mais eficiente na produção de todos os bens, ou seja, mesmo que tenha vantagens absolutas em todos os bens considerados.

Gabarito: C

16. ESAF – AFRF – 2000

O conceito de vantagens comparativas refere-se a:

- a) Conceito de vantagens baseados na idéia de alternativas de produção, onde se relacionam dois produtos (A e B) produzidos por dois países distintos (1 e 2) comparando-os ao longo da curva de produção. Possui vantagem comparativa o país onde for maior o deslocamento em direção a curva de fronteira de produção (em termos possibilidades tecnológicas de produção) na produção dos produtos (A e B).
- b) Conceito de vantagens onde estas são baseadas na idéia de produtividade onde se relacionam dois produtos (A e B) produzidos por dois países distintos (1 e 2) comparando-os em termos de produtividade. Possui maiores vantagens comparativas aquele país que possuir a menor eficiência relativa na produção de um dos bens.
- c) Conceito de vantagens onde estas são baseadas na idéia de abundância de fatores de produção, onde se relacionam dois produtos (A e B) produzidos por dois países distintos (1 e 2) comparando-os em termos da referida disponibilidade. Possui maiores vantagens comparativas aquele país que possuir a maior disponibilidade de recursos na produção de um dos bens.

d) Conceito de custos onde se relacionam dois produtos (A e B) produzidos por dois países distintos (1 e 2) comparando-os. Possui vantagem comparativa o país onde for menor a relação de custos de produção dos produtos (A e B).

e) Conceitos de custos de oportunidade onde se relacionam dois produtos (A e B) produzidos por dois países distintos (1 e 2) comparando-os. Possui vantagem comparativa o país onde for menor o custo de oportunidade (em termos de oportunidade de benefício não aproveitada) na produção dos produtos (A e B).

RESOLUÇÃO:

a) Alternativa errada, pois trata de vantagens absolutas, não comparativas.

b) Alternativa errada, pois no enunciado considera "a menor eficiência relativa de produção", ao invés de "a maior".

c) Alternativa errada, pois trata e abundância de fatores de produção, ao invés da restrição do fator trabalho desenvolvido por Ricardo, que determina a escolha na produção do item com a maior vantagem comparativa em relação a outros países.

d) A alternativa correta. Segundo Ricardo, os países deveriam se especializar em bens nos quais tivessem vantagem comparativa, ou seja, na produção de itens com o **menor custo relativo de produção**, em comparação com o outro país.

e) A alternativa "e" também não está errada, mas trata do **custo de oportunidade**, conceito não trabalhado diretamente pelo autor, que preferiu tratar do custo relativo de produção. Em resumo, a "mais certa" é a letra "d".

Gabarito: D

17. ESAF – AFRF – 2002

A teoria moderna do comércio internacional procurou superar as limitações da abordagem clássica das vantagens absolutas e relativas, caracterizando-se pela produção de modelos de análise do comércio internacional mais sofisticados, a exemplo do Hecksher-Ohlin, que atribuir as diferenças de custos de produção entre os países e os padrões de especialização com base na(o):

a) estrutura da demanda externa.

b) qualidade da mão-de-obra.

c) qualidade da infraestrutura de produção.

d) dotação dos fatores de produção.

e) custo do trabalho.

RESOLUÇÃO:

O modelo Hecksher-Ohlin justifica o comércio internacional pela especialização da produção em bens intensivos no fator de produção cuja oferta é abundante no território de cada país, que proporcionará um custo de produção inferior a outro país. Sua base é a dotação dos fatores de produção.

Gabarito: D

18. ESAF – ACE – 2012

Considere as premissas e os objetivos do Modelo Hecksher-Ohlin e assinale a opção correta.

- a) O modelo permite demonstrar como a oferta relativa de fatores de produção e o emprego dos mesmos em diferentes intensidades na produção explicam os padrões de especialização e as possibilidades do comércio internacional.
- b) O modelo é um complemento do modelo ricardiano por aliar a abundância dos fatores de produção aos custos do trabalho como fator explicativo dos padrões de especialização e dos ganhos do comércio.
- c) O modelo preconiza que um país produzirá e exportará aqueles produtos cujos fatores produtivos sejam aproveitados mais eficientemente, independentemente de sua oferta internamente.
- d) O modelo ressalta a dotação de recursos como fator determinante dos padrões de especialização e de comércio, considerando de importância secundária os custos dos fatores e a intensidade relativa de seu emprego na produção como elementos explicativos daqueles padrões.
- e) O modelo preconiza que, com a ocorrência do comércio, a especialização decorrente da abundância de fatores tende a produzir, ao longo do tempo, crescente diferenciação dos preços relativos dos fatores de produtos no mercado internacional.

RESOLUÇÃO:

- a) Alternativa certa. O modelo se fundamenta na inter-relação entre as proporções em que fatores de produção diferentes estão disponíveis em diferentes países, e nas proporções em que eles são utilizados na produção de diferentes bens. Com base nessa teoria, um país tende a exportar bens intensivos nos fatores cuja oferta é abundante.
- b) Alternativa errada. Ainda que o modelo complemente o modelo ricardiano, ele não se restringe ao fator trabalho para explicar os padrões de especialização e os ganhos do comércio.
- c) Alternativa errada. O modelo considera a dotação relativa dos fatores de produção, ou seja, sua oferta interna.
- d) Alternativa errada. O modelo não considera de importância secundária os custos dos fatores e a intensidade relativa de seu emprego na produção.
- e) Alternativa errada. O modelo preconiza que a especialização tende a produzir, ao longo do tempo, uma equalização dos preços relativos dos fatores de produção, e não uma diferenciação.

Gabarito: A

19. ESAF – ACE – 2012

Analise as assertivas abaixo e, em seguida, assinale a opção correta.

- a) O aproveitamento de economias de escala em diferentes países conduz à especialização em um número restrito de produtos, reduzindo assim a oferta de bens no mercado mundial e as possibilidades de comércio entre eles.

- b) Em um modelo de concorrência imperfeita e em condições monopolísticas, o comércio internacional é restringido pela segmentação dos mercados, escalas de produção limitadas e pequena diversidade de bens disponíveis para o intercâmbio comercial.
- c) Mesmo em condições de concorrência imperfeita, as possibilidades e os ganhos do comércio resultam de vantagens comparativas relativas tal como definidas no modelo ricardiano e não do aproveitamento de economias de escala pelas indústrias.
- d) No modelo de concorrência monopolística centrado na produção de manufaturas, um país tanto produzirá e exportará bens manufaturados como também os importará, alimentando assim o comércio intraindústrias e gerando ganhos extras no comércio internacional.
- e) Os rendimentos crescentes associados ao aproveitamento de economias de escala alimenta a concentração monopolística, levando assim ao aumento dos preços nos mercados domésticos e no mercado internacional e impactando negativamente o comércio internacional.

RESOLUÇÃO:

- a) Alternativa errada. O aproveitamento de economias de escala em diferentes países não leva a uma redução da oferta de bens no mercado mundial e as possibilidades de comércio. Ao contrário, a especialização leva ao aumento da oferta de bens e possibilidades comerciais entre os países.
- b) Alternativa errada. O modelo de concorrência imperfeita e em condições monopolísticas permite o desenvolvimento de economias de escala, especialização da produção, que pode resultar em uma grande diversidade de bens disponíveis para o comércio internacional.
- c) Alternativa errada. No modelo de concorrência imperfeita, as possibilidades e os ganhos do comércio não resultam de vantagens comparativas relativas, mas do aproveitamento de economias de escala pelas indústrias.
- d) Alternativa certa. No modelo de concorrência monopolística centrado na produção de manufaturas, um país tanto produzirá e exportará bens manufaturados como também os importará, alimentando assim o comércio intraindústrias e gerando ganhos extras no comércio internacional.
- e) Alternativa errada. Ainda que os rendimentos crescentes associados ao aproveitamento de economias de escala alimentam a concentração monopolística, mas não levam ao aumento dos preços nos mercados.

Gabarito: D

20. ESAF – AFRF – 2002

De acordo com a moderna teoria do comércio internacional, segundo o modelo Hecksher-Ohlin,

- a) os padrões de especialização e de comércio entre os países resultam de diferenças entre os preços praticados domesticamente e aqueles praticados internacionalmente.
- b) os países tenderão a produzir e exportar bens cuja produção seja intensiva no fator produtivo mais abundante em suas respectivas economias.
- c) os países tenderão a concentrar-se na produção e exportação de bens cujos custos de produção, definidos pela remuneração dos fatores de produção, sejam menores.

d) a produtividade da mão-de-obra determina os padrões de especialização e as possibilidades de comércio entre os países.

e) a disponibilidade dos fatores de produção não exerce influência significativa sobre o padrão de comércio entre os países uma vez que a mobilidade dos mesmos equilibra as condições de produção internacionalmente.

RESOLUÇÃO:

O modelo Hecksher-Ohlin justifica o comércio internacional pela especialização da produção em bens intensivos no fator de produção cuja oferta é abundante no território de cada país, que proporcionará um custo de produção inferior a outro país. A especialização da produção é determinada pela dotação dos fatores de produção, e não pela análise comparativa de apenas um fator (trabalho), como no modelo ricardiano.

Gabarito: B

21. ESAF – AFRF – 2000

Tradicionalmente os países latino-americanos mantiveram economias fechadas, fundamentalmente primário-exportadoras, com uma indústria incipiente e protegida; governos grandes, nacionalistas e pouco eficientes; setores privados excessivamente tímidos e quase inexistentes, sociedades simples, mas tremendamente dicotômicas; mercados de trabalho fortemente concentrados, e uma cultura paroquial que, de acordo com um ditado mexicano, vivia agarrada ao passado. Os primeiros passos de sua inserção no processo de globalização lhes deram acesso aos mercados comerciais, tecnológicos e financeiros internacionais e, o que é mais importante, aos mercados do conhecimento e das ideias, que favoreceu o fortalecimento de suas vinculações políticas com o resto do mundo, permitindo-lhes constituir esquemas de integração competitivos, abertos e extrovertidos, proporcionando a diversificação de sua estrutura social e ocupacional, exercendo pressão para a melhoria de seus sistemas educativos, estabelecendo desafios, cujas respostas estão surpreendentemente atrasadas, do ponto de vista da modernização de seus sistemas políticos e do Estado.

Já vimos que o comércio internacional depende das diferenças dos custos (ou preços) relativos dos artigos produzidos pelos vários países. Por que os países apresentam uma estrutura de custo diferenciado?

- a) A resposta nos é dada pelo economista Adam Smith em sua obra "Comércio Inter-regional e Internacional".
- b) A resposta nos é dada pelo economista Francis Fukuyama em sua obra "Comércio Inter-regional e Internacional".
- c) A resposta nos é dada pelo economista Peter Schumpeter em sua obra "Comércio Inter-regional e Internacional".
- d) A resposta nos é dada pelo economista Paul Singer em sua obra "Comércio Inter-regional e Internacional".
- e) A resposta nos é dada pelo economista Bertil Ohlin em sua obra "Comércio Inter-regional e Internacional".

RESOLUÇÃO:

A teoria que analisou as estrutura de custo diferenciadas é a Teoria das proporções de fatores, que foi desenvolvida por dois economistas suecos, Eli Heckscher e Bertil Ohlin. Ela se fundamenta na inter-relação entre as proporções em que fatores de produção diferentes estão disponíveis em diferentes países, e nas proporções em que eles são utilizados na produção de diferentes bens.

Gabarito: E

22. ESAF – AFRF – 2000

A Teoria da Concorrência Monopolística não tem o seguinte pressuposto:

- a) Existência de economias de escala.
- b) Existência de diferenciação de produtos.
- c) Existência de importante comércio intra-indústria.
- d) Se há comércio intra-indústria, um país pode produzir todos os bens.
- e) Existência de um grande número de firmas produzindo bens diferenciados.

RESOLUÇÃO:

A Teoria da Concorrência Monopolística pressupõe a existência de economias de escala, a diferenciação de produtos, o comércio intrafirmas e a existência de um grande número de firmas produzindo bens diferenciados. Quando ocorre o comércio intrafirmas, um país não produz todos os bens, importando aqueles que não produz, devido à especialização da produção para aproveitar os ganhos da produção em escala.

Gabarito: D

23. ESAF – AFRF – 2000

Duas ou três firmas que dominem sozinhas o suprimento de um mercado X e que necessariamente devam policiar as políticas de preço de cada uma das concorrentes, porquanto a ação ou reação de cada uma afete sua respectiva operação, atuam em mercado com as características de

- a) Monopsônio
- b) Monopólio
- c) Oligopólio
- d) Mercado de concorrência perfeita
- e) Mercado regulamentado

RESOLUÇÃO:

- a) Monopsônio - apenas um comprador frente a inúmeros vendedores
- b) Monopólio – apenas uma empresa vendedora
- c) Oligopólio – poucas empresas vendedoras que dominam o mercado, e a atuação de uma influencia as demais
- d) Concorrência perfeita – inúmeros compradores e vendedores, com o mercado aberto e atuando segundo a lei da oferta x demanda
- e) Mercado regulamentado – mercado sujeito a regras específicas do setor

Gabarito: C

24. ESAF – AFRFB - 2009

A participação no comércio internacional é importante dimensão das estratégias de desenvolvimento econômico dos países, sendo perseguida a partir de ênfases diferenciadas quanto ao grau de exposição dos mercados domésticos à competição internacional. Com base nessa assertiva e considerando as diferentes orientações que podem assumir as políticas comerciais, assinale a opção correta.

- a) As políticas comerciais inspiradas pelo neo-mercantilismo privilegiam a obtenção de superávits comerciais notadamente pela via da diversificação dos mercados de exportação para produtos de maior valor agregado.
- b) Países que adotam políticas comerciais de orientação liberal são contrários aos esquemas preferenciais, como o Sistema Geral de Preferências, e aos acordos regionais e sub-regionais de integração comercial celebrados no marco da Organização Mundial do Comércio por conterem, tais esquemas e acordos, componentes protecionistas.
- c) A política de substituição de importações valeu-se preponderantemente de instrumentos de incentivos à produção e às exportações, tendo o protecionismo tarifário importância secundária em sua implementação.
- d) A ênfase ao estímulo à produção e à competitividade de bens de alto valor agregado e de maior potencial de irradiação econômica e tecnológica a serem destinados fundamentalmente para os mercados de exportação caracteriza as políticas comerciais estratégicas.
- e) As economias orientadas para as exportações, como as dos países do Sudeste Asiático, praticam políticas comerciais liberais em que são combatidos os incentivos e quaisquer formas de proteção setorial, privilegiando antes a criação de um ambiente econômico favorável à plena competição comercial.

RESOLUÇÃO:

- a) Alternativa errada. As políticas comerciais inspiradas pelo neo-mercantilismo, que tem natureza protecionista, privilegiam a obtenção de superávits comerciais pela imposição de barreiras às importações e incentivos às exportações, não necessariamente pela diversificação dos mercados de exportação para produtos de maior valor agregado.
- b) Alternativa errada. Tais países são favoráveis aos sistemas preferenciais e aos acordos regionais de integração.
- c) Alternativa errada. A política de substituição de importações tem natureza protecionista, utilizando barreiras tarifárias como um de seus pilares de sustentação para proteção da indústria nacional.
- d) Alternativa certa. As políticas comerciais estratégicas procuram estabelecer medidas de estímulo à produção voltada para exportação e à competitividade industrial em determinados setores de avançada tecnologia.
- e) Alternativa errada. As economias orientadas para as exportações conjugam política comercial liberal com políticas industriais através da concessão de subsídios e incentivos fiscais.

Gabarito: D**25. ESAF – ACE – 2012**

Considerando-se a ação governamental no modelo de industrialização orientada para as exportações, é correto afirmar que

- a) é limitada em razão do protagonismo central dos agentes econômicos privados nacionais e estrangeiros atuantes na atividade exportadora na realização de investimentos produtivos e em relação aos fatores que garantem competitividade nos mercados internacionais.
- b) é semelhante à desenvolvida no modelo de substituição de importações na medida em que está centrada na aplicação de instrumentos tarifários e incentivos à produção.
- c) é de caráter subsidiário e envolve fundamentalmente a promoção de marcos políticos, jurídicos e institucionais favoráveis aos investimentos e à atividade econômica.
- d) prescinde de formas de intervenção econômica e concentra-se na proteção da livre iniciativa, da competição e dos fluxos de comércio e de investimento.
- e) é de grande alcance, envolvendo o apoio ao desenvolvimento da infraestrutura, a concessão de incentivos fiscais e creditícios, o financiamento da produção e das exportações e investimentos em educação e qualificação profissional.

RESOLUÇÃO:

A ação governamental é o principal pilar do modelo de industrialização voltado à exportação, através da efetividade das **políticas comerciais**, com taxas de proteção mais baixas que os demais países em desenvolvimento, diferenciando-se do modelo de substituição de importações, de **políticas industriais**, através da concessão de subsídios e incentivos fiscais, e investimentos em educação e qualificação profissional.

Gabarito: E

26. ESAF – AFRF – 2003

Sobre o protecionismo, em suas expressões contemporâneas, é correto afirmar-se que:

- a) tem aumentado em razão da proliferação de acordos de alcance regional que mitigam o impulso liberalizante da normativa multilateral.
- b) possui expressão eminentemente tarifária desde que os membros da OMC acordaram a tarifação das barreiras não-tarifárias.
- c) assume feições preponderantemente não tarifárias, associando-se, entre outros, a procedimentos administrativos e à adoção de padrões e de controles relativos às características sanitárias e técnicas dos bens transacionados.
- d) vem diminuindo progressivamente à medida que as tarifas também são reduzidas a patamares historicamente menores.
- e) associa-se a estratégias defensivas dos países em desenvolvimento frente às pressões liberalizantes dos países desenvolvidos.

RESOLUÇÃO:

As **barreiras não tarifárias** assumiram seu **protagonismo** como principal medida protecionista, tanto em países desenvolvidos quanto em países em desenvolvimento, sendo apresentada, entre outras situações, através de procedimentos administrativos e adequação a requisitos técnicos e sanitários para importação.

Gabarito: C

27. ESAF – AFRF – 2002

Com relação às práticas protecionistas, tal como observadas nas últimas cinco décadas, é correto afirmar-se que:

- a) assumiram expressão preponderantemente não-tarifária à medida que, por força de compromissos multilaterais, de acordos regionais e de iniciativas unilaterais, reduziram-se as barreiras tarifárias.
- b) voltaram a assumir expressão preponderantemente tarifária em razão de compromisso assumido no âmbito do Acordo Geral de Comércio e Tarifas (GATT) de tarifificar barreiras não-tarifárias, com vistas à progressiva redução e eliminação futura das mesmas.
- c) encontram amparo na normativa da Organização Mundial do Comércio (OMC), quando justificadas pela necessidade de corrigir falhas de mercado, proteger indústrias nascentes, responder a práticas desleais de comércio e corrigir desequilíbrios comerciais.
- d) recrudesceram particularmente entre os países da Organização de Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE), na segunda metade dos anos noventa, em razão da desaceleração das taxas de crescimento de suas economias.
- e) deslocaram-se do campo estritamente comercial para vincularem-se a outras áreas temáticas como meio ambiente, direitos humanos e investimentos.

RESOLUÇÃO:

A partir do controle exercido por acordos comerciais e pelas diversas rodadas de negociação do GATT, as barreiras tarifárias sofreram forte pressão como instrumento protecionista. Assim, assumiram relevância as barreiras não-tarifárias como forma velada ou expressa de protecionismo no campo comercial. A OMC autoriza práticas protecionistas em casos de proteção da indústria nascentes, deslealdade comercial, corrigir desequilíbrio no balanço de pagamentos, em ocorrência de aumento do volume de importações, em questões de segurança nacional e outras situações excepcionais. Não há autorização em casos de correção de falhas de mercado.

Gabarito: A

28. ESAF – ACE – 2002

A respeito dos processos de industrialização por substituição de importações é correto afirmar o seguinte:

- a) historicamente, tais processos favoreceram o desenvolvimento tecnológico em escala global, já que as economias mais atrasadas alcançam condições para desenvolver indústrias que passarão a competir com as das economias desenvolvidas.
- b) no que concerne às políticas públicas implementadas pelos governos, assemelham-se aos processos de industrialização baseados em atividades orientadas para exportações. Diferenciam-se apenas pela ênfase na diversificação da pauta de importações.
- c) mostraram-se eficientes ao longo do século XX, como ilustra o desempenho dos chamados "Tigres Asiáticos".

d) aceitando-se que podem ser bem sucedidos, implicam a necessidade da opção, pela sociedade que os implementam, de financiar um setor econômico específico, uma vez que requerem a imposição de políticas que distorcem, a um tempo, os fluxos comerciais e a alocação eficiente dos fatores de produção internos.

e) para que sejam implementados inteiramente, requerem a efetiva realização de uma reforma agrária.

RESOLUÇÃO:

a) Alternativa errada. O modelo não favoreceu o desenvolvimento tecnológico em escala global, visto que, em muitos casos, tais medidas levaram à **estagnação tecnológica** nacional, devido ao fechamento comercial que dificulta o acesso e a busca por inovações, além da perda de escala na produção e comercialização.

b) Alternativa errada. O modelo não se assemelha aos processos de industrialização baseados em atividades orientadas para exportações, por seu caráter eminentemente protecionista, ao contrário daquele modelo, além dos objetivos diversos a serem alcançados.

c) Alternativa errada. Os "Tigres Asiáticos" adotaram o modelo de industrialização voltada para exportação, e não o modelo de substituição de importações.

d) Alternativa certa. O modelo requer a escolha de um setor econômico específico para ser protegido, visto que não seria possível a proteção de todos os setores pelas distorções econômicas geradas pela imposição das medidas necessárias.

Gabarito: D

29. ESAF – AFRF – 2000

Julgue as opções abaixo e assinale a correta.

a) O livre-cambismo é uma doutrina de comércio estabelecida através de tarifas protecionistas, a subvenção de créditos, a adoção de câmbios diferenciados.

b) O livre-cambismo só beneficia os países em desenvolvimento, que apresentam uma pauta de exportações onde a maioria dos produtos possui demanda inelástica.

c) O livre-cambismo é uma doutrina pela qual o governo não provê a remoção dos obstáculos legais em relação ao comércio e aos preços.

d) O livre-cambismo defende a adoção de tarifas em situação de defesa nacional.

e) O livre-cambismo rege que a livre troca de produtos no campo internacional, os quais seriam vendidos a preços mínimos, num regime de mercado, se aproximaria ao da livre concorrência perfeita.

RESOLUÇÃO:

No livre cambismo o comércio internacional seria regulado pelo próprio mercado, com a especialização da produção através das vantagens comparativas de cada País, aproximando do modelo de concorrência perfeita.

Gabarito: E

30. ESAF – ACE – 2012

A imposição de tarifas às importações exerce importantes efeitos sobre a renda internamente. Acerca desses efeitos, é correto afirmar que

- a) a renda do governo e dos produtores domésticos beneficiados com a proteção tarifária aumenta, ao mesmo tempo em que se reduz o poder aquisitivo dos consumidores.
- b) não há efeitos significativos decorrentes da taxação das importações sobre a renda, pois os ganhos auferidos pelos setores beneficiados pela proteção tarifária tendem a ser anulados pelo aumento subsequente dos preços relativos e pela contração da demanda no mercado doméstico.
- c) exerce efeito concentrador na medida em que alimenta a transferência de renda dos consumidores para os produtores.
- d) em virtude da contração das importações e do favorecimento da produção doméstica, o efeito concentrador inicial tende a se reverter em razão do crescimento da produção e da renda nacional em um segundo momento.
- e) a renda do governo diminui e aumenta, concomitantemente, a renda dos produtores domésticos.

RESOLUÇÃO:

A imposição de tarifas na importação reflete diretamente no preço do produto importado pago pelo consumidor nacional e na arrecadação do governo. Reflete, também, na renda dos produtores domésticos beneficiados com a proteção tarifária, visto que seus produtos ficarão mais baratos do que os produtos estrangeiros, permitindo um aumento de renda com o aumento do volume vendido. Dessa forma, podemos afirmar que a renda do governo e dos produtores domésticos aumenta e a dos consumidores diminui com o pagamento da tarifa.

Gabarito: A

31. ESAF – AFRF – 2000

Entre as razões abaixo, indique aquela que não leva à adoção de tarifas alfandegárias.

- a) Aumento de arrecadação governamental
- b) Proteção à indústria nascente
- c) Estímulo à competitividade de uma empresa
- d) Segurança nacional (defesa)
- e) Equilíbrio do Balanço de Pagamentos

RESOLUÇÃO:

A adoção de tarifas alfandegárias não é uma medida de estímulo à competitividade de uma empresa. Temos situações em que o protecionismo, através do aumento das barreiras tarifárias, pode levar a uma proteção muito grande da indústria que desestimula sua competitividade em relação às demais indústrias mundiais, causando a obsolescência dos produtos nacionais, especialmente aqueles de tecnologia avançada.

O aumento de arrecadação governamental pode ser considerado como uma finalidade do aumento das tarifas, ainda que não recomendáveis pela natureza extrafiscal do imposto de importação (não tem finalidade arrecadatória, em sua essência); também a proteção à indústria nascente, a segurança nacional, e o equilíbrio do balanço de pagamento, são razões aceitas pela OMC para adoção de tarifas alfandegárias.

Gabarito: C

32. ESAF – AFRF – 2000

Alguns países alegam que seu comércio externo é afetado pela ação de governos de outros países, como os Acordos Voluntários de Exportações (VERs). Esses acordos têm como objetivo principal:

- a) estimular as exportações
- b) canalizar as exportações para um determinado produto
- c) aumentar a qualidade das importações, com a imposição de normas de segurança e de higiene (aspectos fitossanitários)
- d) levar o país a equilibrar suas exportações, como em um sistema de compensações
- e) limitar as importações de um dado produto

RESOLUÇÃO:

As restrições voluntárias à exportação são estabelecidas para **limitar** o volume de exportação de um país, de forma a limitar as importações de um dado produto em outro país.

Gabarito: E

33. ESAF – AFRF – 2000

As Barreiras Não-Tarifárias (BNT) são frequentemente apontadas como grandes obstáculos ao comércio internacional. Podem vir a se constituir Barreiras Não-Tarifárias (BNT) todas as modalidades abaixo, exceto:

- a) Direitos Aduaneiros
- b) Normas de segurança
- c) Quotas
- d) Sistemas de Licença de Importação
- e) Medidas fitossanitárias

RESOLUÇÃO:

São barreiras não tarifárias: normas de segurança, cotas de importação, licenciamento de importação, estabelecimento de medidas fitossanitárias, entre outras. Os direitos aduaneiros são barreiras tarifárias!

Gabarito: A

Lista de questões

1. ESAF – AFRF – 2000

Ao conjunto dinâmico do intercâmbio físico de bens e de serviços, bem como dos fluxos financeiros correspondentes, entre os diversos países, regiões e grupos econômicos do mundo, resultante da divisão internacional do trabalho, da dotação diferenciada dos fatores de produção e da diversidade das habilidades adquiridas por cada participante, poder-se-ia denominar

- a) Balança de Serviços
- b) Comércio Exterior
- c) Comércio Internacional
- d) Comércio Intrazonal
- e) Comércio Fronteiriço

2. ESAF – AFRF – 2002

Assinale a opção que melhor define "Comércio Internacional".

- a) A expressão "Comércio Internacional" designa, unicamente, a troca de mercadorias entre diferentes países, não abrangendo serviços nem aspectos ligados à sua execução, como o transporte e o pagamento.
- b) A expressão "Comércio Internacional", refere-se às trocas de mercadorias entre diferentes países exclusivamente por compra e venda internacional e abrange tudo o que for ligado à sua execução, incluindo transporte e pagamento.
- c) A expressão "Comércio Internacional" designa a troca de mercadorias e serviços entre os países signatários do GATT.
- d) A expressão "Comércio Internacional" designa a troca de mercadorias entre o Brasil e os países do Mercosul.
- e) A expressão "Comércio Internacional" designa a troca de mercadorias e serviços de todos os tipos entre diferentes países em tudo o que for ligado à sua execução, incluindo transporte e pagamento.

3. ESAF – AFRF – 2002

O comércio de bens manufaturados vem crescendo significativamente desde a Segunda Guerra Mundial, inclusive com crescente participação de países em desenvolvimento. Entre os fatores que têm concorrido para a expansão do comércio de bens industrializados encontram-se:

- a) os investimentos diretos, a internacionalização da produção e o comércio intra-firmas.
- b) a concentração da produção, da geração de tecnologias e da renda nos países desenvolvidos.
- c) o menor custo da mão-de-obra, a maior oferta de matérias-primas e a concentração de investimentos diretos nos países emergentes.

d) as disparidades de renda e as diferenças quanto à estrutura da demanda entre os países desenvolvidos e os países em desenvolvimento.

e) a diminuição da demanda por commodities no mercado mundial, a disseminação de tecnologias aplicadas e a atuação das empresas transnacionais.

4. ESAF – CGU – Controladoria Geral da União – 2002

Foram criados pelo Acordo de Bretton Woods:

a) o Fundo Monetário Internacional-FMI e o Acordo Geral de Tarifas e Comércio-Gatt.

b) o Fundo Monetário Internacional-FMI e a Organização Mundial do Comércio-OMC.

c) o Fundo Monetário Internacional-FMI e o Banco Mundial-BIRD.

d) o Banco Mundial-BIRD e o Acordo Geral de Tarifas e Comércio-Gatt.

e) o Banco Mundial-BIRD, o Fundo Monetário Internacional-FMI, o Acordo Geral de Tarifas e Comércio-Gatt e o Banco para Compensações Internacionais-BIS.

5. ESAF – AFRF – 2003

A Conferência das Nações Unidas sobre Comércio e Desenvolvimento (UNCTAD) é a instância dedicada ao tratamento de questões afetas à participação e perspectivas dos países em desenvolvimento no comércio internacional. Sua agenda, no tocante ao comércio internacional, envolve temas como:

a) sugestão de estratégias de abertura comercial e para a implementação do sistema de regras comerciais definido multilateralmente.

b) identificação de instrumentos de política comercial em apoio aos esforços de desenvolvimento no contexto de globalização econômica, apoio técnico para permitir participação efetiva em negociações comerciais internacionais e para a superação de entraves à plena inserção no comércio internacional.

c) geração de propostas e mecanismos alternativos para a resolução de disputas comerciais e para a construção de esquemas preferenciais entre países em desenvolvimento.

d) identificação, junto aos países industrializados, de formas de cooperação para o desenvolvimento, de transferência de tecnologias e atração de investimentos.

e) implementação de medidas de investimentos relacionadas ao comércio, de compromissos sociais e ambientais no marco de acordos comerciais firmados entre países desenvolvidos e países em desenvolvimento.

6. ESAF – AFRF – 2002

A respeito do processo de globalização, é correto afirmar que

a) alcança indistintamente a todos os países, a despeito de seus respectivos níveis de desenvolvimento econômico, tornando-os mais homogêneos política, econômica, social e culturalmente.

- b) é um processo eminentemente comercial associado à liberalização das trocas e à expansão dos mercados nacionais em escala global, o qual aprofunda diferenças econômicas entre os países.
- c) se manifesta no entrelaçamento dos campos do comércio, das finanças e da produção internacional e no aprofundamento da interdependência entre os países e com importantes desdobramentos políticos, econômicos e sócio-culturais.
- d) tem como cerne o crescimento e a aceleração dos fluxos financeiros internacionais em virtude do movimento de capitais especulativos em escala global.
- e) é um fenômeno fundamentalmente associado às estratégias das corporações transnacionais objetivando expandir e consolidar sua presença nos mercados dos países emergentes.

7. ESAF – AFRF – 2002

A literatura econômica afirma, com base em argumentos teóricos e empíricos, que o comércio internacional confere importantes estímulos ao crescimento econômico. Entre os fatores que explicam o efeito positivo do comércio sobre o crescimento destacam-se:

- a) a crescente importância dos setores exportadores na formação do Produto Interno dos países; as pressões em favor da estabilidade cambial e monetária que provêm do comércio; e o aumento da demanda agregada sobre a renda.
- b) a melhor eficiência alocativa propiciada pelas trocas internacionais; a substituição de importações; e a consequente geração de superávits comerciais.
- c) a crescente importância das exportações para o Produto Interno dos países; a importância das importações para o aumento da competitividade; e o melhor aproveitamento de economias de escala.
- d) os efeitos sobre o emprego e sobre a renda decorrentes do aumento da demanda agregada; e o estímulo à obtenção de saldos comerciais positivos.
- e) a ampliação de mercados; os deslocamentos produtivos; e o equilíbrio das taxas de juros e dos preços que o comércio induz.

8. ESAF – AFRF – 2000

Sobre balanço de pagamentos, não se pode fazer a seguinte afirmativa:

- a) Balança de pagamento é um registro contábil de todas as transações de um país com os outros países do mundo.
- b) A balança de pagamento deve estar sempre em equilíbrio .
- c) A balança comercial e a balança de serviços formam a "balança de transações correntes".
- d) A balança de serviços inclui, entre outros, serviço de transporte (fretes), assistências técnicas, lucros e royalties, remetidos pelas empresas transnacionais.

e) Na balança de capitais são registrados o capital das firmas estrangeiras que ingressam no país sob a forma de empréstimos. Os empréstimos de outros governos para o governo brasileiro, empréstimos do FMI, etc. e os juros que o Brasil paga pelos empréstimos fornecidos por outras nações.

9. ESAF – AFRF – 2002

De acordo com a teoria clássica do comércio internacional, as trocas comerciais entre dois países podem ser vantajosas mesmo quando um país não usufrua de vantagem absoluta no tocante à produção de um determinado bem, mas sim de vantagem comparativa, a qual decorre, segundo Ricardo, de diferenças, entre ambos países, em relação:

- a) à produtividade da mão-de-obra.
- b) aos custos das matérias-primas.
- c) aos custos de transporte.
- d) aos custos de remuneração do capital.
- e) à dotação de fatores de produção.

10. ESAF – AFRF – 2000

A Teoria de Vantagens Absolutas afirma em quais condições determinado produto ou serviço poderia ser oferecido com:

- a) preço final (CIF) inferiores aos do concorrente.
- b) preços de aquisição inferiores aos do concorrente.
- c) custo de oportunidade maior que as do concorrente.
- d) preços de custo inferiores aos do concorrente.
- e) menor eficiência que os do concorrente.

11. ESAF – AFRF – 2000

"O comércio internacional depende das diferenças dos custos (ou preços) relativos dos artigos produzidos pelos vários países. Mas por que esses custos relativos diferem entre países?"

A Dotação Relativa dos Fatores de Produção não se refere a uma das afirmativas abaixo. Identifique-a.

- a) O conjunto de condições naturais e sociais que influenciam a eficácia das forças produtivas nos diversos setores de produção e produtividade do trabalho também teriam uma forte influência nos preços.
- b) Os diversos produtos exigem proporções diferentes de fatores de produção para serem produzidos.
- c) Os fatores de produção não se encontram distribuídos nas mesmas proporções nos diversos países.
- d) Um fator relativamente escasso em um país terá um custo relativo mais elevado.
- e) A causa da diferença de custos relativos reside na distribuição desigual de recursos (fatores) de produção.

12. ESAF – ACE – 2012

De acordo com o modelo de David Ricardo, o padrão de especialização produtiva de um país e, por consequência, a composição de sua pauta exportadora está diretamente relacionada à(s)

- a) diferenças entre os custos de remuneração do capital em diferentes indústrias.
- b) vantagens relativas determinadas pela produtividade do fator trabalho em diferentes indústrias.
- c) dotação dos fatores de produção.
- d) vantagens absolutas derivadas das diferenças na remuneração da mão de obra.
- e) vantagens comparativas relativas determinadas pela produtividade do capital.

13. ESAF – ACE – 2012

Sobre a Teoria das Vantagens Comparativas no Comércio Internacional, é correto afirmar o seguinte:

- a) ao se considerar a eficiência produtiva dos países "A" e "B", para que o país "A" aproveite os ganhos de vantagem comparativa ao produzir um bem ou serviço específico, ele precisa possuir vantagem absoluta na produção do mesmo bem em relação a "B".
- b) no modelo de Ricardo, as condições de demanda interna condicionam os preços internos antes da abertura do mercado, já que tais preços são apenas parcialmente determinados pelo fator trabalho.
- c) depois da abertura do mercado torna-se interessante para o país "A" comprar um bem ou serviço do país "B", que o produza a custo menor do que "A", visto que "A" passa a poder empregar sua mão-de-obra na produção de outros bens ou serviços, em que tenha alguma vantagem comparativa.
- d) mesmo sabendo-se os valores dos preços de mão-de-obra e os requisitos de trabalho inerentes à produção de um bem específico em dois países, não se pode utilizar a taxa de câmbio como parâmetro de comparação dos preços nos dois países, visto que as estruturas produtivas encerram distorções na formação de preços.
- e) uma vez observada a abertura de mercados, a especialização da produção engendrada pelas vantagens comparativas passa a constituir novo incentivo ao aumento do comércio internacional, produzindo benefícios para todos os participantes dos mercados competitivos sempre que os preços relativos dos bens comercializados forem iguais aos que se observariam na ausência do comércio.

14. ESAF – AFRF – 2002-2

Segundo a teoria clássica do comércio internacional, na concepção de David Ricardo, o comércio entre dois países é mutuamente benéfico quando:

- a) cada país especializa-se na produção de bens nos quais possa empregar a menor quantidade de trabalho possível, independentemente das condições de produção e do preço dos mesmos bens no outro país, o que permitirá a ambos auferir maiores lucros com a exportação do que com a venda daqueles bens nos respectivos mercados internos.

- b) intercambiam-se bens em cuja produção sejam empregadas as mesmas quantidades de trabalho, o que lhes permite auferir ganhos em virtude de diferenças, entre esses mesmos países, na dotação dos demais fatores de produção.
- c) ambos países produzem os bens necessários para o abastecimento de seus respectivos mercados, obtendo lucros adicionais com a exportação dos excedentes gerados.
- d) cada país especializa-se na produção daqueles bens em que possua vantagem relativa, importando do outro aqueles bens para os quais o custo de oportunidade de produção interna seja relativamente maior.
- e) a capacidade relativa de produção entre ambos países for semelhante, o que os leva a procurar obter vantagens absolutas e assim obter ganhos com o comércio mediante a exportação dos excedentes de produção.

15. ESAF – AFRF – 2000

A transnacionalização é um fenômeno distinto que, sutilmente, relega a internacionalização comercial quase a um segundo plano. Este fenômeno começou a ser percebido a meados dos anos sessenta, quando o valor da produção das subsidiárias dos grandes conglomerados industriais no estrangeiro começou a superar o valor do comércio internacional. O auge da inversão estrangeira direta, que alentou a instalação destas sucursais, deveu-se a múltiplos fatores: a reconstrução e recuperação de um mundo destruído pela guerra, o descobrimento da possibilidade de dividir o ciclo produtivo de maneira muito mais fina do que no passado e a compreensão de que era possível ter acesso às vantagens comparativas (relativas) peculiares que ofereciam os diversos países e regiões do mundo.

O grande mérito de um economista foi mostrar que o comércio também seria proveitoso para dois países, mesmo que um deles tivesse vantagem absoluta sobre o outro na produção de todas as mercadorias; mas sua vantagem seria maior em alguns produtos do que em outros. O economista em questão foi:

- a) Adam Smith
- b) Keneth Galbraith
- c) David Ricardo
- d) Karl Max
- e) Stephen Kanitz

16. ESAF – AFRF – 2000

O conceito de vantagens comparativas refere-se a:

- a) Conceito de vantagens baseados na idéia de alternativas de produção, onde se relacionam dois produtos (A e B) produzidos por dois países distintos (1 e 2) comparando-os ao longo da curva de produção. Possui vantagem comparativa o país onde for maior o deslocamento em direção a curva de fronteira de produção (em termos possibilidades tecnológicas de produção) na produção dos produtos (A e B).

- b) Conceito de vantagens onde estas são baseadas na idéia de produtividade onde se relacionam dois produtos (A e B) produzidos por dois países distintos (1 e 2) comparando-os em termos de produtividade. Possui maiores vantagens comparativas aquele país que possui a menor eficiência relativa na produção de um dos bens.
- c) Conceito de vantagens onde estas são baseadas na idéia de abundância de fatores de produção, onde se relacionam dois produtos (A e B) produzidos por dois países distintos (1 e 2) comparando-os em termos da referida disponibilidade. Possui maiores vantagens comparativas aquele país que possui a maior disponibilidade de recursos na produção de um dos bens.
- d) Conceito de custos onde se relacionam dois produtos (A e B) produzidos por dois países distintos (1 e 2) comparando-os. Possui vantagem comparativa o país onde for menor a relação de custos de produção dos produtos (A e B).
- e) Conceitos de custos de oportunidade onde se relacionam dois produtos (A e B) produzidos por dois países distintos (1 e 2) comparando-os. Possui vantagem comparativa o país onde for menor o custo de oportunidade (em termos de oportunidade de benefício não aproveitada) na produção dos produtos (A e B).

17. ESAF – AFRF – 2002

A teoria moderna do comércio internacional procurou superar as limitações da abordagem clássica das vantagens absolutas e relativas, caracterizando-se pela produção de modelos de análise do comércio internacional mais sofisticados, a exemplo do Hecksher-Ohlin, que atribuir as diferenças de custos de produção entre os países e os padrões de especialização com base na(o):

- a) estrutura da demanda externa.
- b) qualidade da mão-de-obra.
- c) qualidade da infraestrutura de produção.
- d) dotação dos fatores de produção.
- e) custo do trabalho.

18. ESAF – ACE – 2012

Considere as premissas e os objetivos do Modelo Hecksher-Ohlin e assinale a opção correta.

- a) O modelo permite demonstrar como a oferta relativa de fatores de produção e o emprego dos mesmos em diferentes intensidades na produção explicam os padrões de especialização e as possibilidades do comércio internacional.
- b) O modelo é um complemento do modelo ricardiano por aliar a abundância dos fatores de produção aos custos do trabalho como fator explicativo dos padrões de especialização e dos ganhos do comércio.
- c) O modelo preconiza que um país produzirá e exportará aqueles produtos cujos fatores produtivos sejam aproveitados mais eficientemente, independentemente de sua oferta internamente.
- d) O modelo ressalta a dotação de recursos como fator determinante dos padrões de especialização e de comércio, considerando de importância secundária os custos dos fatores e a intensidade relativa de seu emprego na produção como elementos explicativos daqueles padrões.

e) O modelo preconiza que, com a ocorrência do comércio, a especialização decorrente da abundância de fatores tende a produzir, ao longo do tempo, crescente diferenciação dos preços relativos dos fatores de produtos no mercado internacional.

19. ESAF – ACE – 2012

Analise as assertivas abaixo e, em seguida, assinale a opção correta.

- a) O aproveitamento de economias de escala em diferentes países conduz à especialização em um número restrito de produtos, reduzindo assim a oferta de bens no mercado mundial e as possibilidades de comércio entre eles.
- b) Em um modelo de concorrência imperfeita e em condições monopolísticas, o comércio internacional é restringido pela segmentação dos mercados, escalas de produção limitadas e pequena diversidade de bens disponíveis para o intercâmbio comercial.
- c) Mesmo em condições de concorrência imperfeita, as possibilidades e os ganhos do comércio resultam de vantagens comparativas relativas tal como definidas no modelo ricardiano e não do aproveitamento de economias de escala pelas indústrias.
- d) No modelo de concorrência monopolística centrado na produção de manufaturas, um país tanto produzirá e exportará bens manufaturados como também os importará, alimentando assim o comércio intraindústrias e gerando ganhos extras no comércio internacional.
- e) Os rendimentos crescentes associados ao aproveitamento de economias de escala alimenta a concentração monopolística, levando assim ao aumento dos preços nos mercados domésticos e no mercado internacional e impactando negativamente o comércio internacional.

20. ESAF – AFRF – 2002

De acordo com a moderna teoria do comércio internacional, segundo o modelo Heckscher-Ohlin,

- a) os padrões de especialização e de comércio entre os países resultam de diferenças entre os preços praticados domesticamente e aqueles praticados internacionalmente.
- b) os países tenderão a produzir e exportar bens cuja produção seja intensiva no fator produtivo mais abundante em suas respectivas economias.
- c) os países tenderão a concentrar-se na produção e exportação de bens cujos custos de produção, definidos pela remuneração dos fatores de produção, sejam menores.
- d) a produtividade da mão-de-obra determina os padrões de especialização e as possibilidades de comércio entre os países.
- e) a disponibilidade dos fatores de produção não exerce influência significativa sobre o padrão de comércio entre os países uma vez que a mobilidade dos mesmos equilibra as condições de produção internacionalmente.

21. ESAF – AFRF – 2000

Tradicionalmente os países latino-americanos mantiveram economias fechadas, fundamentalmente primário-exportadoras, com uma indústria incipiente e protegida; governos grandes, nacionalistas e pouco eficientes; setores privados excessivamente tímidos e quase inexistentes, sociedades simples, mas tremendamente dicotômicas; mercados de trabalho fortemente concentrados, e uma cultura paroquial que, de acordo com um ditado mexicano, vivia agarrada ao passado. Os primeiros passos de sua inserção no processo de globalização lhes deram acesso aos mercados comerciais, tecnológicos e financeiros internacionais e, o que é mais importante, aos mercados do conhecimento e das ideias, que favoreceu o fortalecimento de suas vinculações políticas com o resto do mundo, permitindo-lhes constituir esquemas de integração competitivos, abertos e extrovertidos, proporcionando a diversificação de sua estrutura social e ocupacional, exercendo pressão para a melhoria de seus sistemas educativos, estabelecendo desafios, cujas respostas estão surpreendentemente atrasadas, do ponto de vista da modernização de seus sistemas políticos e do Estado.

Já vimos que o comércio internacional depende das diferenças dos custos (ou preços) relativos dos artigos produzidos pelos vários países. Por que os países apresentam uma estrutura de custo diferenciado?

- a) A resposta nos é dada pelo economista Adam Smith em sua obra "Comércio Inter-regional e Internacional".
- b) A resposta nos é dada pelo economista Francis Fukuyama em sua obra "Comércio Inter-regional e Internacional".
- c) A resposta nos é dada pelo economista Peter Schumpeter em sua obra "Comércio Inter-regional e Internacional".
- d) A resposta nos é dada pelo economista Paul Singer em sua obra "Comércio Inter-regional e Internacional".
- e) A resposta nos é dada pelo economista Bertil Ohlin em sua obra "Comércio Inter-regional e Internacional".

22. ESAF – AFRF – 2000

A Teoria da Concorrência Monopolítica não tem o seguinte pressuposto:

- a) Existência de economias de escala.
- b) Existência de diferenciação de produtos.
- c) Existência de importante comércio intra-indústria.
- d) Se há comércio intra-indústria, um país pode produzir todos os bens.
- e) Existência de um grande número de firmas produzindo bens diferenciados.

23. ESAF – AFRF – 2000

Duas ou três firmas que dominem sozinhas o suprimento de um mercado X e que necessariamente devam policiar as políticas de preço de cada uma das concorrentes, porquanto a ação ou reação de cada uma afete sua respectiva operação, atuam em mercado com as características de

- a) Monopsônio
- b) Monopólio
- c) Oligopólio

- d) Mercado de concorrência perfeita
- e) Mercado regulamentado

24. ESAF – AFRFB - 2009

A participação no comércio internacional é importante dimensão das estratégias de desenvolvimento econômico dos países, sendo perseguida a partir de ênfases diferenciadas quanto ao grau de exposição dos mercados domésticos à competição internacional. Com base nessa assertiva e considerando as diferentes orientações que podem assumir as políticas comerciais, assinale a opção correta.

- a) As políticas comerciais inspiradas pelo neo-mercantilismo privilegiam a obtenção de superávits comerciais notadamente pela via da diversificação dos mercados de exportação para produtos de maior valor agregado.
- b) Países que adotam políticas comerciais de orientação liberal são contrários aos esquemas preferenciais, como o Sistema Geral de Preferências, e aos acordos regionais e sub-regionais de integração comercial celebrados no marco da Organização Mundial do Comércio por conterem, tais esquemas e acordos, componentes protecionistas.
- c) A política de substituição de importações valeu-se preponderantemente de instrumentos de incentivos à produção e às exportações, tendo o protecionismo tarifário importância secundária em sua implementação.
- d) A ênfase ao estímulo à produção e à competitividade de bens de alto valor agregado e de maior potencial de irradiação econômica e tecnológica a serem destinados fundamentalmente para os mercados de exportação caracteriza as políticas comerciais estratégicas.
- e) As economias orientadas para as exportações, como as dos países do Sudeste Asiático, praticam políticas comerciais liberais em que são combatidos os incentivos e quaisquer formas de proteção setorial, privilegiando antes a criação de um ambiente econômico favorável à plena competição comercial.

25. ESAF – ACE – 2012

Considerando-se a ação governamental no modelo de industrialização orientada para as exportações, é correto afirmar que

- a) é limitada em razão do protagonismo central dos agentes econômicos privados nacionais e estrangeiros atuantes na atividade exportadora na realização de investimentos produtivos e em relação aos fatores que garantem competitividade nos mercados internacionais.
- b) é semelhante à desenvolvida no modelo de substituição de importações na medida em que está centrada na aplicação de instrumentos tarifários e incentivos à produção.
- c) é de caráter subsidiário e envolve fundamentalmente a promoção de marcos políticos, jurídicos e institucionais favoráveis aos investimentos e à atividade econômica.
- d) prescinde de formas de intervenção econômica e concentra-se na proteção da livre iniciativa, da competição e dos fluxos de comércio e de investimento.

e) é de grande alcance, envolvendo o apoio ao desenvolvimento da infraestrutura, a concessão de incentivos fiscais e creditícios, o financiamento da produção e das exportações e investimentos em educação e qualificação profissional.

26. ESAF – AFRF – 2003

Sobre o protecionismo, em suas expressões contemporâneas, é correto afirmar-se que:

- a) tem aumentado em razão da proliferação de acordos de alcance regional que mitigam o impulso liberalizante da normativa multilateral.
- b) possui expressão eminentemente tarifária desde que os membros da OMC acordaram a tarifação das barreiras não-tarifárias.
- c) assume feições preponderantemente não tarifárias, associando-se, entre outros, a procedimentos administrativos e à adoção de padrões e de controles relativos às características sanitárias e técnicas dos bens transacionados.
- d) vem diminuindo progressivamente à medida que as tarifas também são reduzidas a patamares historicamente menores.
- e) associa-se a estratégias defensivas dos países em desenvolvimento frente às pressões liberalizantes dos países desenvolvidos.

27. ESAF – AFRF – 2002

Com relação às práticas protecionistas, tal como observadas nas últimas cinco décadas, é correto afirmar-se que:

- a) assumiram expressão preponderantemente não-tarifária à medida que, por força de compromissos multilaterais, de acordos regionais e de iniciativas unilaterais, reduziram-se as barreiras tarifárias.
- b) voltaram a assumir expressão preponderantemente tarifária em razão de compromisso assumido no âmbito do Acordo Geral de Comércio e Tarifas (GATT) de tarifificar barreiras não-tarifárias, com vistas à progressiva redução e eliminação futura das mesmas.
- c) encontram amparo na normativa da Organização Mundial do Comércio (OMC), quando justificadas pela necessidade de corrigir falhas de mercado, proteger indústrias nascentes, responder a práticas desleais de comércio e corrigir desequilíbrios comerciais.
- d) recrudesceram particularmente entre os países da Organização de Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE), na segunda metade dos anos noventa, em razão da desaceleração das taxas de crescimento de suas economias.
- e) deslocaram-se do campo estritamente comercial para vincularem-se a outras áreas temáticas como meio ambiente, direitos humanos e investimentos.

28. ESAF – ACE – 2002

A respeito dos processos de industrialização por substituição de importações é correto afirmar o seguinte:

- a) historicamente, tais processos favoreceram o desenvolvimento tecnológico em escala global, já que as economias mais atrasadas alcançam condições para desenvolver indústrias que passarão a competir com as das economias desenvolvidas.
- b) no que concerne às políticas públicas implementadas pelos governos, assemelham-se aos processos de industrialização baseados em atividades orientadas para exportações. Diferenciam-se apenas pela ênfase na diversificação da pauta de importações.
- c) mostraram-se eficientes ao longo do século XX, como ilustra o desempenho dos chamados "Tigres Asiáticos".
- d) aceitando-se que podem ser bem sucedidos, implicam a necessidade da opção, pela sociedade que os implementam, de financiar um setor econômico específico, uma vez que requerem a imposição de políticas que distorcem, a um tempo, os fluxos comerciais e a alocação eficiente dos fatores de produção internos.
- e) para que sejam implementados inteiramente, requerem a efetiva realização de uma reforma agrária.

29. ESAF – AFRF – 2000

Julgue as opções abaixo e assinale a correta.

- a) O livre-cambismo é uma doutrina de comércio estabelecida através de tarifas protecionistas, a subvenção de créditos, a adoção de câmbios diferenciados.
- b) O livre-cambismo só beneficia os países em desenvolvimento, que apresentam uma pauta de exportações onde a maioria dos produtos possui demanda inelástica.
- c) O livre-cambismo é uma doutrina pela qual o governo não provê a remoção dos obstáculos legais em relação ao comércio e aos preços.
- d) O livre-cambismo defende a adoção de tarifas em situação de defesa nacional.
- e) O livre-cambismo rege que a livre troca de produtos no campo internacional, os quais seriam vendidos a preços mínimos, num regime de mercado, se aproximaria ao da livre concorrência perfeita.

30. ESAF – ACE – 2012

A imposição de tarifas às importações exerce importantes efeitos sobre a renda internamente. Acerca desses efeitos, é correto afirmar que

- a) a renda do governo e dos produtores domésticos beneficiados com a proteção tarifária aumenta, ao mesmo tempo em que se reduz o poder aquisitivo dos consumidores.
- b) não há efeitos significativos decorrentes da taxação das importações sobre a renda, pois os ganhos auferidos pelos setores beneficiados pela proteção tarifária tendem a ser anulados pelo aumento subsequente dos preços relativos e pela contração da demanda no mercado doméstico.

- c) exerce efeito concentrador na medida em que alimenta a transferência de renda dos consumidores para os produtores.
- d) em virtude da contração das importações e do favorecimento da produção doméstica, o efeito concentrador inicial tende a se reverter em razão do crescimento da produção e da renda nacional em um segundo momento.
- e) a renda do governo diminui e aumenta, concomitantemente, a renda dos produtores domésticos.

31. ESAF – AFRF – 2000

Entre as razões abaixo, indique aquela que não leva à adoção de tarifas alfandegárias.

- a) Aumento de arrecadação governamental
- b) Proteção à indústria nascente
- c) Estímulo à competitividade de uma empresa
- d) Segurança nacional (defesa)
- e) Equilíbrio do Balanço de Pagamentos

32. ESAF – AFRF – 2000

Alguns países alegam que seu comércio externo é afetado pela ação de governos de outros países, como os Acordos Voluntários de Exportações (VERs). Esses acordos têm como objetivo principal:

- a) estimular as exportações
- b) canalizar as exportações para um determinado produto
- c) aumentar a qualidade das importações, com a imposição de normas de segurança e de higiene (aspectos fitossanitários)
- d) levar o país a equilibrar suas exportações, como em um sistema de compensações
- e) limitar as importações de um dado produto

33. ESAF – AFRF – 2000

As Barreiras Não-Tarifárias (BNT) são frequentemente apontadas como grandes obstáculos ao comércio internacional. Podem vir a se constituir Barreiras Não-Tarifárias (BNT) todas as modalidades abaixo, exceto:

- a) Direitos Aduaneiros
- b) Normas de segurança
- c) Quotas
- d) Sistemas de Licença de Importação
- e) Medidas fitossanitárias

Gabarito

1.	C	17.	D
2.	E	18.	A
3.	A	19.	D
4.	C	20.	B
5.	B	21.	E
6.	C	22.	D
7.	C	23.	C
8.	E	24.	D
9.	A	25.	E
10.	D	26.	C
11.	A	27.	A
12.	B	28.	D
13.	C	29.	E
14.	D	30.	A
15.	C	31.	C
16.	D	32.	E
		33.	A

Resumo direcionado

- ❖ Para que serve o comércio e por que ele é importante?
 - Intercambio de bens e serviços
 - Maximização da riqueza / aumento do bem-estar
 - Comércio internacional => comércio entre diferentes países
 - O conceito envolve tudo que está relacionado com a operação comercial, inclusive o transporte, seguro e financiamento
- ❖ “Comércio internacional” <> “Comércio exterior”
- ❖ Comércio internacional => Aduana

"[o]nde há comércio há alfândegas. O objetivo do comércio é a exportação e a importação das mercadorias em favor do Estado, e o objetivo das alfândegas é um certo direito sobre essa mesma exportação e importação, também em favor do Estado" (MONTESQUIEU)

Comércio internacional refere-se ao intercambio de bens e serviços entre diferentes países. Em geral, tem como objetivo a maximização da riqueza, tanto do comerciante quanto do país, e/ou o aumento do bem-estar da população. O conceito envolve tudo que está relacionado com a operação comercial, inclusive o transporte, seguro e financiamento, caso existente.

Mercantilismo:

- Revolução Comercial
- Estados Nacionais
- Acumulação de riquezas na forma de metais preciosos
- Busca de resultados positivos na balança comercial
- Adoção de medidas protecionistas
- Exploração das colônias

Teorias de comércio internacional:

Teoria das Vantagens Absolutas

Cada país deve especializar-se na produção de itens em que possua vantagens absolutas em termos de custo, independentemente do outro

Base:

Divisão internacional da produção

Especialização

Teoria das Vantagens Comparativas

Cada país deve especializar-se na produção de itens em que possua vantagens comparativas

Menor custo relativo de produção

Base:

Custo de oportunidade

Divisão internacional da produção

Especialização

Teoria das proporções de fatores

Cada país deve especializar-se na produção de bens intensivos no fator de produção abundante

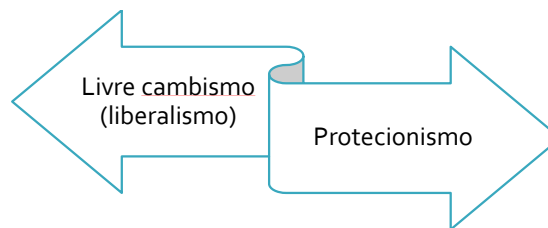
Fundamento do comércio internacional é a intensidade dos fatores de produção

Novas teorias de comércio internacional

- Comércio intrafirmas (mesmo setor);
- Comércio entre países com proporções de fatores semelhantes;
- Ganhos da economia de escala;
- Concorrência monopolística;
- Diferenciação de produtos;
- Gosto dos consumidores.

Políticas comerciais

Política comercial: política do governo que influencia diretamente a quantidade de bens e serviços que um país importa ou exporta



Livre cambismo:

Eficiência

Custo menor pela economia de escala

Maior variedade de produtos

Maior competição no mercado interno e estabilização de preços

Melhor fluxo de ideias

Argumento político

Protecionismo teoria econômica:

Argumento dos termos de troca a favor das tarifas

Argumento da falha do mercado doméstico

Argumento dos empregos

Protecionismo GATT:

Proteção da indústria nascente

Deslealdade comercial

Equilíbrio no Balanço de Pagamentos

Ocorrência de aumento do volume de importações

Questões de segurança nacional

Outras situações excepcionais

Política de substituição de importações

Industrialização voltada para exportação

Barreiras tarifárias:

Em nosso sistema tributário-aduaneiro temos as seguintes tarifas:

- **ad valorem**: que incide sobre o valor do bem (% do valor do bem)
- **específica**: valor específico que incide sobre determinada medida (R\$x por litro)
- **mista**: conjugação das tarifas *ad valorem* e específica (x por litro + y%)

Barreiras não tarifárias:

COTAS DE IMPORTAÇÃO

PROIBIÇÃO DE IMPORTAÇÃO

SUBSÍDIOS À EXPORTAÇÃO

RESTRIÇÕES VOLUNTÁRIAS À EXPORTAÇÃO (RVE) ou ACORDO DE RESTRIÇÃO VOLUNTÁRIA

NECESSIDADE DE CONTEÚDO LOCAL

BARREIRAS TÉCNICAS AO COMÉRCIO

BARREIRAS SANITÁRIAS E FITOSSANITÁRIAS

MEDIDAS DE DEFESA COMERCIAL

OUTRAS BARREIRAS NÃO TARIFÁRIAS